



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro iniciada a 4ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sob as bênçãos de Deus.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, a quem peço ao Deputado Danilo Forte que possa buscar e conduzir a este recinto.

A Ministra irá prestar esclarecimento acerca dos seguintes assuntos: Proposta Orçamentária para 2014; Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que *“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”*; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, execução e ao cancelamento dos Restos a Pagar, em atendimento ao Requerimento nº 1, de autoria do Deputado Efraim Filho, subscrito também pelo Deputado Claudio Cajado, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de julho de 2013; questões relativas à execução orçamentária de 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 e do Decreto nº 8.021; porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde, e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2013, desta Comissão, de autoria do Deputado Marçal Filho, do PMDB, aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.

Informo ainda a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 103, de 2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, que *“Solicita que seja convidada a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da execução orçamentária para as Forças Armadas”*, aprovado pela CREDN na 44ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2011, sob a Presidência do Deputado Nelson Pellegrino.

Quero fazer o registro da presença de representantes das nossas três Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, com os quais nos congratulamos. Anuncio a presença da Sra. Esther Dweck, Chefe de Assessoria Econômica, e dos Srs. George Soares e Bruno César Grossi de Souza, Secretários-Adjuntos de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Convido para compor da Mesa o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Miguel Corrêa, do PT de Minas Gerais; o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária, Senador Eduardo Amorim, que está a caminho; e, claro, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Pellegrino.

Para melhor ordenamento, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser apartada desde que o permita, conforme estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno. Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A lista de inscrição para o debate está aberta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, apesar de o regulamento do Regimento prever essa ordem, eu perguntaria se nós não poderíamos fazer uma inversão, de maneira que algumas questões já pudessem ser formuladas, e a Ministra já pudesse responder, de maneira objetiva, a algumas das preocupações.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para contrapor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não tem sentido, Sr. Presidente. Primeiro, a Ministra vai fazer a apresentação, porque ela já pode até antecipar como o Governo está vendo a questão orçamentária com relação às Forças Armadas. Posteriormente, as intervenções são feitas. A praxe sempre foi essa. Não tem sentido inverter a ordem das coisas.

Desculpe-me, Governador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Está bem. Se realmente forem 30 minutos, teremos tempo de fazer perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Eduardo Azeredo retira seu encaminhamento, e nós vamos passar a palavra à Ministra Miriam Belchior.

Com a palavra a Sra. Ministra Miriam Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Gostaria de começar cumprimentando o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Lobão Filho; também o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Nelson Pellegrino, porque hoje estamos fazendo aqui uma sessão conjunta; o Deputado Miguel Corrêa, que é o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2014; o Senador Eduardo Amorim, Relator da Receita; o Deputado Efraim Filho, autor do requerimento para debater o decreto de Restos a Pagar; o Deputado Marçal Filho, também autor de requerimento a respeito da execução orçamentária de 2013; e o Deputado Eduardo Azeredo, da Comissão de Relações Exteriores, também autor de requerimento para tratar da execução orçamentária para as Forças Armadas.

Quero agradecer a presença aqui de todos os Senadores, Deputados, Deputadas, do meu ex-colega de Ministério, e agradecer a toda a equipe do Ministério do Planejamento e a todas as equipes do Governo Federal.

Na minha apresentação, falarei um pouco a respeito do contexto a partir do qual a Proposta Orçamentária foi construída, apresentando os principais números, as principais prioridades, evolução em relação ao ano anterior, e depois passarei rapidamente por alguns dos temas que deram origem às questões que falamos aqui — Restos a Pagar, defesa, execução orçamentária —, já procurando, de maneira sintética, apresentar algumas informações que poderão ser complementadas na sequência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu acredito que, se as cópias ainda não ficaram prontas, daqui a pouco deveram ser distribuídas. Eu queria começar falando a respeito da conjuntura em que a peça orçamentária foi construída e enviada a este Congresso Nacional. Nós estamos num momento de retomada de crescimento. Vemos aí na tela a aceleração do crescimento nos últimos trimestres. Essa retomada do crescimento tem sido puxada pelo investimento, que tem crescido mais e tem crescido em todos os



setores, em especial na indústria de transformação. Se nós não tivéssemos nenhum fato novo, nenhum crescimento novo, o País já estaria crescendo 2,5% em 2013, em relação a 2012. Esse é um dado novo que surpreendeu os analistas de mercado, porque eles acabam tendo como base o passado e nem sempre conseguem captar, em suas previsões, o que está acontecendo na realidade.

Essa surpresa, digamos assim, aconteceu em relação ao PIB, que veio muito superior ao que estava previsto pelas expectativas de mercado; mas também o comércio varejista veio muito acima não só da mediana mas também do teto das expectativas; assim como a inflação também, seja a de julho, a de agosto, o IPCA-15 de setembro, todas as taxas de inflação vieram abaixo do que estava previsto também nas medianas das expectativas de mercado; além do CAGED, do emprego formal, que agora apontou — na semana passada, os dados foram divulgados — a criação de 127 mil novas vagas, enquanto a mediana das expectativas estava em torno de 94 mil. Ou seja, todos os indicadores mais recentes estão demonstrando essa retomada do crescimento do PIB. E é sob esse contexto que nós montamos a Proposta Orçamentária.

Além disso, após aquele choque de alimentos, especialmente de *commodities*, que tivemos na virada de 2012 para 2013, a inflação está em queda. Tanto o mercado quanto o Governo apontam para uma redução, como mostra o gráfico, de queda da inflação durante todo esse segundo semestre, chegando ao final do ano com uma taxa bastante mais confortável do que uma expectativa que se criou nos últimos meses.

O controle da inflação é um compromisso importantíssimo da nossa Presidenta. O Governo trabalha permanentemente para manter a inflação sob controle. Acho que esses indicadores todos, inclusive a surpresa de eles virem abaixo ou do teto ou da mediana, têm apontado para essa redução agora no segundo semestre.

Outra questão importante que vemos é que o nosso País continua gerando empregos em volume suficiente para manter os baixos patamares de desemprego. Felizmente, o País vive uma situação histórica de patamar muito baixo, em torno de menos de 6%, de desemprego, quando sabemos que em países como os da Europa isso está beirando 20% entre os jovens, superando 30% de taxa de desemprego.



Essa capacidade de gerar empregos mais uma política importante, que é o PRONATEC, de capacitação, de formação de mão de obra são dois elementos fundamentais para aumentar a produtividade da nossa economia, aumentar a renda das famílias e seguir nesse modelo de desenvolvimento com crescimento inclusivo que a vimos vivendo nos últimos 10, quase 11 anos.

Com isso, foi possível aumentar a massa de rendimentos. Ela cresceu 51% de 2003 para cá e, somada ao crédito seguro, tem feito sustentado um dos importantes motores da nossa economia hoje que é o nosso mercado de consumo interno. Então, essa soma de aumento da massa salarial mais disponibilização de crédito tem sustentado uma parte importante do nosso crescimento — eu vou falar depois também dos investimentos, mas é um dos pilares importantes, um dos motores importantes da nossa economia.

Por essa razão, nós chegamos aí aos principais parâmetros macroeconômicos que orientaram a construção da peça orçamentária. Então, há uma previsão de crescimento do PIB no ano que vem de 4%, com isso um PIB nominal de 5 trilhões e 242 bilhões, um aumento de 6,6% no salário mínimo, alcançado R\$722,90, e o IPCA num patamar de 5%.

Aqui, uma apresentação sucinta dos grandes números do Orçamento. As receitas primárias estão previstas em 958 bilhões de reais, com 217,7 bilhões de transferência, o que monta, então, a uma receita líquida de 740 bilhões, quase 741 bilhões de reais. Se compararmos com o último Relatório de Avaliação Bimestral, enviado a este Congresso Nacional na última sexta-feira, que é de 692 bilhões, veremos que houve um crescimento de quase 50 bilhões de reais entre a programação deste ano e a programação do ano que vem.

Em relação às despesas primárias, temos um total de 651,5 bilhões; 385 bilhões de despesas obrigatórias e 266 bilhões de despesas discricionárias. Comparando também com o último Relatório Bimestral, há uma diferença de 266 para 245,5 bilhões.

E, por fim, o resultado da Presidência, um importante indicador, que novamente tem uma redução do déficit. O relatório atual prevê um déficit de 36,2 bilhões, e o Orçamento do ano que vem prevê um déficit de 31,2 bilhões no sistema previdenciário brasileiro.



O resultado primário que compõe a peça orçamentária seria para o Governo central 116,1 bilhões. As empresas estatais estão dispensadas de fazer superávit, para garantir que elas façam os investimentos necessários para o crescimento do País — proposta enviada pelo Governo há tempos ao Congresso Nacional e aqui aprovada. Para os Governos estaduais e municipais, incluídas suas estatais, seria um montante de 51,3 bilhões. Somando, então, o setor público consolidado, global, temos 167,4 bilhões.

A Proposta Orçamentária enviada a esse Congresso Nacional propõe a redução, o abatimento, seja de PAC, seja de desonerações, de 58 bilhões de reais. Então, a Proposta Orçamentária embute, então, o resultado primário de 109,4 bilhões, que nos leva a um percentual de 2,1% do PIB brasileiro.

A Proposta Orçamentária reflete nossas principais despesas, todas as despesas, e as maiores despesas do Governo estão estáveis ou em queda. As despesas com pessoal estão estáveis em relação ao PIB, em torno de 4,2%, mesmo com todo o aumento do número de servidores para dotar os Ministérios, a administração pública federal da capacidade de execução de programas e de prestação de serviços que a população espera do Governo, e mesmo com toda a política de valorização salarial que tem sido feita através dos tempos — durante o ano passado, houve uma grande negociação em que mais de 97% dos servidores fecharam acordo com o Governo Federal, e este Congresso Nacional aprovou todas as propostas de aumento salarial para os próximos 3 anos: 2013, 2014 e 2015.

Da mesma maneira, as despesas com juros da dívida pública são declinantes. Mesmo com o aumento da taxa SELIC, o custo da dívida permanece em queda, refletindo um importante trabalho feito pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional, que é a melhoria do perfil da dívida pública, com a redução tanto da parcela da dívida exposta à volatilidade do mercado, como também com o alongamento de prazos da dívida, dois fatores que nos levam à redução do serviço da dívida, o que aumenta, portanto, a qualidade, melhora, portanto, o perfil da nossa dívida: além da redução, há a melhora da qualidade dessa dívida.

Isso se combinando com a trajetória declinante do serviço da dívida, o resultado nominal também apresenta uma trajetória bastante sólida, com a redução do déficit nominal do País. Temos tido uma manutenção do resultado nominal,



mesmo com toda a turbulência externa pela qual o mundo vem passando nos últimos anos.

Como podemos observar no próximo gráfico, o déficit nominal não só tem estado em queda durante esses últimos 10 anos, em termos de proporção do PIB, como também está abaixo do gasto com investimento. Quando olhamos a situação da dívida do País, quando olhamos o resultado nominal, considerando o resultado nominal negativo que temos, um dos olhares deve ser para onde está indo esse dinheiro.

Este gráfico mostra que o investimento a partir do PAC passa a ultrapassar... Menos em 2009, ano da crise internacional, os investimentos feitos pelo Governo Federal têm sido superiores ao déficit nominal que nós temos, o que mostra que os nossos gastos de custeio estão dentro dos limites do que somos capazes de arrecadar. E, como é reconhecido não só aqui no Brasil, mas tecnicamente e internacionalmente, digamos assim, fazer dívida, ter um resultado negativo para fazer investimentos é positivo, porque isso gera patrimônio para o País, gera crescimento, gera mais receita e, portanto, um círculo virtuoso para o crescimento sustentável do País.

Eu falei aqui no início que o baixo desemprego, as quebras de recorde de crescimento do emprego no País têm alavancado um dos pilares do nosso crescimento econômico que é o consumo interno. Além disso, nós temos outro pilar importante, que é o pilar do investimento.

Desde o PAC, depois com o Minha Casa, Minha Vida, agora com o Programa de Concessões, o País vinha crescendo e também o investimento — está faltando a bandeirinha do PAC entre 2006 e 2007 — com o consumo. Os dois crescendo mais ou menos juntos. A partir do PAC, e depois, em 2009, com o Minha Casa, Minha Vida, há um descolamento do crescimento do mercado interno, que continua crescendo de maneira forte, mas o investimento é praticamente o dobro do crescimento do consumo das famílias. Isso é muito importante.

A nossa economia, para ter um desenvolvimento sustentável, precisa desses dois pilares importantes, assim como de um terceiro pilar, o terceiro motor da nossa economia, que são as exportações.



A dívida do setor público está em declínio. Aqui eu mostro a dívida líquida do setor público, que cai 44% entre 2002 e 2014, saindo de 60,4% do PIB para em torno de 35% do PIB. Acho que isso é o mais importante, mas tem ganhado certa relevância a discussão sobre a dívida bruta.

A primeira questão que se coloca é que a nossa dívida bruta está crescendo muito. Olhando aqui, vemos, na linha vermelha, a queda da dívida líquida, como eu já mostrei no gráfico anterior, e, na linha azul, a dívida bruta do Governo central, que está basicamente estável. Ela não está crescendo muito, ela está basicamente estável, e essa trajetória da dívida bruta decorre das escolhas da política econômica e não de fragilidade fiscal.

Nós fizemos uma escolha pela melhoria da sustentabilidade da nossa economia frente à situação internacional, no sentido de ficar menos suscetível, como já estivemos em vários períodos, quando nossa economia ficou muito suscetível, e com isso nós tivemos que garantir a proteção da nossa economia a partir do aumento das nossas reservas internacionais. E, ao aumentarmos as nossas reservas internacionais, foi necessário que nós fizéssemos as operações compromissadas, para enxugar a liquidez, para não provocar outros fatores negativos na nossa economia.

Além disso, também para enfrentar os efeitos da crise internacional, tivemos uma política anticíclica de financiamento às empresas, porque, infelizmente, no momento, do que mais se precisa é do setor público: são apenas os bancos públicos que mantêm o suporte ao crédito das empresas. Infelizmente, o setor privado é mais temeroso quanto ao risco e acaba se retraindo nesses momentos.

Então, essa trajetória da nossa dívida bruta reflete essas duas escolhas de política econômica que fizemos, que achamos as mais adequadas para enfrentar o momento de turbulência internacional que o mundo vem vivendo ultimamente.

Por isso, eu apresento aqui a mesma dívida bruta do Governo central, em azul, e, em vermelho, tirando as reservas internacionais, exatamente para retirar esse efeito da proteção à nossa economia. Quando tiramos as reservas, vemos — menos em 2009, de novo, o ano de maior impacto da crise — uma redução da dívida bruta. Então, eu acho que o Governo não tem nenhum problema em discutir a



dívida líquida nem a dívida bruta. Esse leve aumento da dívida bruta é um movimento que aconteceu em todo o mundo.

No próximo eslaide, o primeiro gráfico à esquerda mostra o que aconteceu com a dívida pública dos países desenvolvidos. Também houve um crescimento de 94% do PIB em 2009, 101%, 105% e 109%, em 2012. No Reino Unido, é ainda mais relevante esse aumento da dívida bruta, assim como nos Estados Unidos. Enquanto no Brasil o aumento da dívida bruta teve como objetivo a proteção da nossa economia e o financiamento às empresas, no caso dos países desenvolvidos, ele foi o reflexo da ajuda financeira ao setor, ao sistema bancário, como o nosso Deputado Berzoini conhece tão bem.

Saindo, então, desses grandes indicadores, o que está acontecendo hoje com eles e nossa previsão para 2014, eu entro nas informações relativas ao Orçamento propriamente dito. O Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso Nacional monta a 2 trilhões e 360 bilhões de reais, dos quais 53% são de despesas primárias e 47%, de despesas financeiras. Desses 2 trilhões e quase 400 bilhões, 88,3% são obrigações, e as despesas discricionárias, aquelas que o Governo escolhe como fazer de fato, são apenas 11,7% do total do Orçamento.

O próximo gráfico de *pizza* mostra como se distribui a soma, os 2 trilhões e 400 bilhões: amortização da dívida, a parte verde da *pizza*, 34%; previdência, a parte vermelha, 19,8%; despesas discricionárias de todos os Poderes, a parte amarela clara, 11,7%; pessoal e encargos sociais, 9,5%; transferência a Estados e Municípios, 9,1%; juros e encargos da dívida, 8%; e, aqui, as demais despesas.

Quando eu abro as discricionárias, aqui se mostram com clareza as nossas grandes prioridades. A saúde sai na frente, como a maior prioridade, com 30,3% dos recursos discricionários, que somam 266 bilhões. Na sequência, o PAC, com 23,8%. Aqui, é só a parte discricionária, está certo? Não consta toda a parte obrigatória que temos na saúde e na educação também. Continuando, PAC, quase 24%; educação, 13,4%; Brasil sem Miséria, 12%; defesa, 5,5%, na discricionária; ciência e tecnologia, 2,6%; e as demais despesas, 12,4%.

As principais prioridades de Governo são os investimentos e as políticas sociais. Aqui estão listadas as quatro áreas de maior prioridade: saúde, educação, PAC mais Minha Casa, Minha Vida, e Brasil sem Miséria. Vemos, então, que



teremos, em 2014, PLOA *versus* PLOA, o projeto de lei enviado no ano passado e o projeto de lei deste ano: na saúde, mais 5,7 bilhões; na educação, mais 13,2 bilhões; no PAC e no Minha Casa, Minha Vida, mais 11 bilhões e, no plano Brasil sem Miséria, mais 2,6 bilhões de reais.

Abrindo um pouco as prioridades, as prioridades saúde e educação recebem recursos superiores aos previstos na Constituição e nas leis que as regulamentam. No caso da saúde, a aplicação constitucional vem variando de maneira importante, a partir do crescimento do PIB, 62%, 72%, 78%, 87%, 90%. Mas ela tem um adicional, que inclui Farmácia Popular, saneamento para pequenos Municípios, Agência Nacional de Saúde — que tem aumentado ainda mais os recursos destinados ao Ministério da Saúde: cresceu de 5,4 bilhões, em 2010, para 10 bilhões agora em 2014, além da aplicação constitucional.

Da mesma forma acontece com a educação, que, em 2014, teria por obrigação constitucional 48 bilhões. Também houve um adicional de 44 bilhões para a área da saúde, além do previsto na Constituição, demonstrando, portanto, a prioridade que a Presidenta Dilma dá a essas duas áreas.

Da mesma maneira, os investimentos são outra importante prioridade do Governo. Serão quase 187 bilhões de reais no ano que vem: 81 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade e 105 bilhões — quase 106 bilhões — das empresas estatais. Desses 186 bilhões, 136 bilhões referem-se ao Programa de Aceleração do Crescimento: 63 bilhões do chamado Orçamento Fiscal e da Seguridade e quase 73 bilhões das estatais.

No PAC, na parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade, que são 63 bilhões, há um crescimento de 21% em relação a 2013, com uma concentração na área de logística de transportes, 18 bilhões e 800 milhões; na área do Minha Casa, Minha Vida, 15 bilhões e 700 milhões; no que nós chamamos Eixo Cidade Melhor, 7 bilhões — saneamento, drenagem, pavimentação e mobilidade; no Comunidade Cidadã, 9 bilhões — creches, UBSs, UPAs e quadras; na área da defesa, 4 bilhões e 600 milhões — os grandes investimentos estratégicos do Ministério da Defesa passaram a incorporar o PAC; e no Água e Luz para Todos, quase 7 bilhões e 100 milhões.



As estatais também têm um investimento no País de 1 bilhão e 200 milhões a mais do que no ano passado. Há aí tanto investimentos diretos quanto investimentos por aporte de capital, através da participação das estatais em Sociedades de Propósitos Específicos — SPEs, a elas coligadas.

Demais despesas discricionárias do Poder Executivo, descontando o PAC. Agora eu pego todas as discricionárias, mas deixo o investimento de lado.

Primeiro, as despesas com políticas finalísticas foram mantidas ou ampliadas. Não houve redução nas políticas finalísticas, aquelas que significam prestação de serviço direto à população brasileira. Todos os ajustes que fizemos foram nas despesas de custeio administrativo. Esse tem sido, nos últimos anos, o grande esforço do Governo para conter os custeios administrativos.

Eu costumo dizer que é necessário separar custeio administrativo de custeio finalístico. Salário de professor, giz, remédio, tudo é custeio finalístico e, portanto, deve ser adquirido de maneira eficiente, mas não cortado, porque precisamos prestar serviços à população. Portanto, estamos concentrando a redução de custeio nos custeios de manutenção dos órgãos.

Com isso, a maioria dos Ministérios teve elevação ou, no mínimo, manutenção dos recursos das despesas discricionárias, sempre sem o PAC. Vamos ver os números a seguir, sempre sem o PAC.

Poucos Ministérios tiveram redução. Há dois motivos básicos para essa redução. Um é a conclusão de parte dos investimentos da Copa. A Copa já é no ano que vem, e esses Ministérios tiveram aumentados seus orçamentos — no caso do Turismo e do Esporte — por causa dos investimentos na Copa do Mundo e agora só há essa reta final de investimentos a serem feitos. Portanto, é natural que esses Ministérios reduzam o seu orçamento para o ano que vem. As demais reduções se referem às despesas de custeio administrativo. Acho que os dois ou três quadros a seguir mostram a evolução dos vários Ministérios.

Na primeira página, há uma redução do custeio administrativo no Ministério das Comunicações, na CGU e no Ministério da Cultura.

Na próxima página, o Ministério do Esporte, com menos 153 milhões de reais, exatamente pela redução dos investimentos dos projetos da Copa do Mundo.



No caso dos Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente e de operações oficiais de crédito, referem-se ao custeio administrativo.

Na última página, relativo às despesas discricionárias, já descontado o PAC, tiveram redução do custeio administrativo a Previdência, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a de Aviação Civil e a de Direitos Humanos, e, também, o Ministério do Trabalho. O Ministério do Turismo, por conclusão dos projetos da Copa. É claro que eu poderia dizer, em relação à Secretaria de Aviação Civil, que são 690 milhões. Mas todo o PAC está além desse valor. Então, se a gente for olhar, o orçamento da SAC é muito superior ao que foi no ano passado.

Esses são os dados fundamentais do Orçamento.

Passo, agora, de maneira sintética, a outros temas objeto desta audiência de hoje.

Em primeiro lugar, em relação à execução orçamentária de 2013, a Lei Orçamentária de 2013 tem uma despesa primária de quase 966 bilhões de reais. Quando nós abrimos o Orçamento em maio e fizemos a avaliação do segundo bimestre, fizemos um contingenciamento de 28 bilhões de reais, e as despesas primárias foram contidas para quase 938 bilhões de reais.

Já na virada de julho para agosto, fizemos um novo ajuste de 10 bilhões de reais, montando um contingenciamento global, no ano de 2013, de 38 bilhões de reais. No último caso, muito concentrado nos gastos de custeio, como eu já falei anteriormente.

Além do nosso enorme esforço para segurar o gasto de custeio, o outro elemento fundamental que presidiu esse contingenciamento foi a preservação dos programas prioritários, tanto nas áreas da saúde, da educação e do Brasil sem Miséria quanto no PAC e no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Outra questão levantada no convite feito pela Comissão se referia à execução das emendas parlamentares.

Nós, desde o início do Governo da Presidenta Dilma, temos concentrado o limite para emendas individuais, que são aquelas que em princípio são de maior interesse dos Parlamentares — para não dizer que só temos feito as emendas individuais. A discussão que tem sido feita aqui no âmbito do Congresso Nacional



em relação ao Orçamento Impositivo, acredito, vai na mesma direção de garantir as emendas individuais.

Então, acredito que o Governo e o Congresso estão em sintonia que essa deva ser a programação prioritária de execução. Além disso, no ano de 2013 — agora em julho, se não me engano —, baixamos a Portaria nº 274, dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e da CGU, para facilitar o empenho e, depois, a execução das emendas; e para desvincular o empenho da necessidade de assinatura do convênio, exatamente para ter clareza de que é possível. Não era uma coisa obrigatória, mas vinha sendo seguido pelos Ministérios.

Portanto, nós desvinculamos essas duas coisas. É claro que até o final do ano esses convênios precisam ser executados. Mas nos parece que, com isso, conseguimos vencer uma das dificuldades, que era o empenho das emendas indicadas pelos Srs. Parlamentares.

Além disso, outra mudança importante também implementada desde 2011 é o maior equilíbrio entre empenho e financeiro. Anteriormente havia um crescimento do volume de emendas empenhadas, mas isso não se seguia a um financeiro correspondente. Então, nós mudamos isso. Desde 2011 vimos aumentando o limite financeiro disponível, o que permite uma melhor execução por parte dos convenientes.

Na sequência, quero falar sobre a evolução de Restos a Pagar no Governo. Há uma discussão importante que suponho ter motivado o requerimento desta audiência pública: a evolução muito grande de Restos a Pagar.

O quadro mostra a evolução dos Restos a Pagar, na curva verde mais alta. De fato, Restos a Pagar têm crescido nos últimos anos, e isso não é à toa. Por isso peguei os dados a partir de 2006.

A curva azul representa a execução do investimento no País, o que mostra a mudança que houve a partir do segundo mandato do Presidente Lula e que continua com a Presidenta Dilma: alavancar o investimento direto, no caso do PAC, e, desde o ano passado, com o início das concessões agora no segundo semestre de 2013, dos investimentos em parceria com o setor privado. Isso mostra a evolução gigantesca da execução de investimentos no País — e aqui não é empenho, é pagamento. E a coisa mais natural que acontece, depois de décadas sem fazer



investimento em obras de infraestrutura no País, é que os Restos a Pagar cresçam junto com a execução.

Os senhores conhecem bem, estão aqui na CMO, e sabem que investimentos em obras de infraestrutura são plurianuais. Eles não se encerram num único ano. No Brasil, funciona dessa maneira com Restos a Pagar. Em outros países, funciona com orçamento plurianual. Essa é uma discussão que certamente precisaremos fazer. Estamos fazendo essa discussão dentro do Governo e certamente a traremos para o Congresso, sobre a oportunidade ou não de se transformar o orçamento de investimentos da União num orçamento plurianual. Isso deixará bem claro que a maior parte dos Restos a Pagar que temos aqui é de investimentos, e que eles estão crescendo dessa maneira porque cresce também a execução de investimentos.

A outra questão que também foi apontada para discussão no dia de hoje é sobre o cancelamento dos Restos a Pagar. Nós fizemos duas alterações em 2011: no decreto que define as condições para cancelamento de Restos a Pagar e na Portaria Interministerial nº 507, do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Casa Civil, que estabelece a forma de pagamento de convênios. Consideramos essas duas medidas muito importantes para garantir a maior agilidade da execução de convênios, sejam oriundos das políticas dos Ministérios, sejam oriundos de emendas parlamentares.

Essas modificações foram amplamente saudadas na Marcha dos Prefeitos por enfrentar questões importantes que vinham travando a execução dos convênios. A primeira delas, definida no decreto, é a ampliação da validade dos RAP. Anteriormente, os RAP caíam em 31 de dezembro. A partir de 2011, nós estendemos o prazo e, em vez de ser 1 ano de validade em relação ao ano em que o empenho foi feito, passamos a dar 1 ano e meio, um maior tempo exatamente para que Estados, Municípios e entidades possam dar conta de iniciar as ações estabelecidas nos convênios.

Então, essa nos parece que foi uma medida importante para garantir, primeiro, a execução dos Restos a Pagar, para que eles não fiquem indefinidamente como Restos a Pagar; e, segundo, garantir o tempo necessário para que os convenientes tenham condições de iniciar a execução do objeto dos convênios. Além



disso, continuam excetuados desse cancelamento os RAP oriundos da saúde, da educação e do PAC.

É importante lembrar que, para evitar erros e injustiças, o RAP é suspenso em 30 de junho, e cada um dos gestores tem 60 dias para verificar e confirmar se de fato não teve início aquele objeto. Caso tenha sido começado, e se comprove o início da execução do objeto, o RAP é recuperado, é desbloqueado; caso contrário, ele é cancelado. Houve até esse cuidado de se dar um tempinho aí. Ele não cai simplesmente, mas tem ainda 2 meses para essa verificação, para evitar injustiça.

A Portaria nº 507 foi muito importante, porque regulou uma questão que era fruto de reclamações generalizadas neste Congresso Nacional e também por parte dos convenentes, especialmente dos Prefeitos, que detêm a maior parte dos convênios, que era o fluxo financeiro para a execução dos convênios.

A mudança para a antecipação já na hora do contrato de 50% dos recursos para as pequenas obras tem um impacto enorme. Foi uma mudança gigantesca na execução. E me disse a Ministra Ideli Salvatti que, na lista de problemas tratados lá na SRI, caiu brutalmente, deixou de ser um dos temas prediletos. Assim também na área parlamentar e na área de relação com Estados e Municípios, mostrando, então, o acerto destas duas medidas: a que dá um pouco mais de prazo para o cancelamento dos Restos a Pagar e a de antecipação dos recursos para garantir o fluxo e não paralisar obras que vinham acontecendo de maneira generalizada.

Por fim, a questão da execução orçamentária do Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa, não é à toa, é um dos que está destacado na *pizza* — já o estava, independente dessa questão —, exatamente pelo montante de recursos que as três Forças têm.

É um dos Ministérios com maior volume de recursos. Se nós pegarmos o período de 2008 até 2013, o orçamento do Ministério da Defesa para despesas discricionárias — não estou nem falando das obrigatórias, só das discricionárias — cresceu de 31% para 48%, em termos reais, já descontada a inflação do período. Ou seja, é um dos Ministérios cujas ações tanto o Presidente Lula quanto a Presidenta Dilma têm valorizado. O orçamento da Defesa corresponde, agora em 2013, a 7% das despesas discricionárias e a 14% das despesas primárias. Então, é um volume de recursos bastante significativo.



Além disso, os investimentos estratégicos da Defesa têm sido incorporados progressivamente ao PAC desde 2012. Para 2014, estão no PAC o submarino nuclear, a aeronave KC-X, os helicópteros, a tecnologia nuclear da Marinha, os blindados Guarani, o ASTROS e também o SISFRON, uma demanda não só desta Comissão como também do próprio Ministério. Isso não só garante o fluxo de recursos para a continuidade desses empreendimentos estratégicos, dessas ações estratégicas do Ministério da Defesa, como também dá um maior fôlego para as despesas discricionárias, para os limites das despesas discricionárias, sem esquecer que, nas negociações do ano passado, juntamente com as universidades, as três Forças foram beneficiadas com reajuste salarial de 30% até 2015, entre 2013 e 2015, um percentual bastante superior, quase o dobro, do que teve a maior parte dos servidores federais, exatamente nessa visão da nossa Presidenta de valorizar as Forças Armadas para elas poderem desenvolver as ações estratégicas que têm para o nosso País.

Com isso, eu agradeço a atenção dos senhores. Espero ter conseguido, pelo menos, colocar as informações iniciais a respeito de todos os temas que são fruto desta audiência. Coloco-me à disposição dos senhores para os eventuais questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra Miriam Belchior. Sentimo-nos honrados com a sua presença nesta Comissão.

Dando oportunidade aos Parlamentares da Câmara e do Senado para que possam tirar dúvidas e interagir com o Ministério do Planejamento, dentro dessa premissa, tenho o prazer de passar a palavra ao primeiro inscrito. Antes, comunico aos colegas que nós temos 15 inscritos e peço, dessa forma, a todos que possam...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, como requerente, sou o primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. V.Exa. é o...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Os requerentes normalmente são os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É verdade. Perdão.



Peço desculpas ao Deputado Eduardo Azeredo, que é um dos subscritores desse requerimento, mas, antes de passar a palavra a S.Exa., aviso que temos 15 inscritos...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passarei a palavra a todos aqueles que foram subscritores dos requerimentos, mas, antes, passarei a palavra ao Relator-Geral da LOA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, V.Exa. pode fazer a leitura da lista dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Farei logo a seguir.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., a Ministra Miriam Belchior, o Relator do Orçamento, Deputado Miguel Corrêa, o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e os demais membros da Comissão.

Sr. Presidente, estamos aqui na Comissão de Orçamento, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores, para ouvir, por convite, a Ministra Miriam Belchior. Eu me inscrevi como membro da Comissão de Orçamento, mas eu não sei, V.Exa. está presidindo, qual é a preferência do requerimento.

Eu cheguei aqui às 13h30min, nem almocei, para estar pontualmente aqui. Então, eu queria que V.Exa. levasse isso em consideração, porque eu também apresentei a autoria para este debate, principalmente no que se refere ao final da exposição da Ministra na questão dos Restos a Pagar e da execução orçamentária, do orçamento impositivo.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Eu sou testemunha, porque eu estava junto, no mesmo horário, com o Deputado Claudio Cajado, e também sou subscritor de um dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Obrigado, Deputado Marçal.

Então, daqui da Comissão de Orçamento, como a matéria é orçamentária, pediria a V.Exa. que priorizasse os membros da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. já está inscrito aqui com prioridade como autor do requerimento. Não, V.Exa. não está como autor, mas é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, quantos autores do requerimento nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E, como conheço V.Exa. e sei que é diligente,...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sou autor também. Era do Deputado Efraim...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... pediria a V.Exa. que fosse econômico no tempo. Temos aqui 15 inscritos, fora os que eu vou nominar agora.

Em primeiro lugar, irá falar o Deputado Miguel Corrêa, como Relator-Geral. Logo a seguir, seria o Senador Eduardo Amorim, mas não está presente. Então, teremos o Deputado Efraim Filho, Deputado Marçal Filho, Deputado Eduardo Azeredo, Deputado Nelson Pellegrino. E começando a ordem dos inscritos, respondendo à Deputada: Deputado Claudio Cajado, Deputado Leonardo Quintão, Deputado Carlos Zarattini, Deputado Emanuel Fernandes, Deputado Henrique Fontana, Deputado Júlio Cesar, Deputada Perpétua Almeida, Deputado Cláudio Puty, Deputado Jorge Bittar, Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Lourival Mendes, Deputado Danilo Forte e Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, há um equívoco. Eu sou coautor, com o Deputado Efraim Filho. Então, depois do Deputado Efraim, eu falaria como coautor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a condescendência dos nossos colegas, a nossa Secretária está colocando V.Exa. como coautor.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas eu sou. Está na ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, passarei também a palavra a V.Exa., depois dessa relação, antes de iniciar a ordens dos inscritos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para mim, é um prazer ter o Deputado Claudio Cajado como coautor do meu requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Seguindo a ordem determinada, tenho o prazer de passar a palavra ao nobre Relator da LOA, Deputado Miguel Corrêa, do PT de Minas Gerais

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar e cumprimentar o Plenário desta Comissão. Cumprimento também o Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho, e o Deputado Nelson Pellegrino, meu caro amigo. Quero saudar, em especial, a presença da querida Ministra Miriam Belchior, que, pela profundidade da explanação, acho que irá poupar muitos desses inscritos, que, assim como eu, também têm temas recorrentes que foram abordados com muita propriedade pela Ministra aqui.

Quero apenas usar 30 segundos a mais, Sr. Presidente, para falar à Comissão que eu, como mineiro, como também vários mineiros que estão aqui, nesta Comissão, tenho uma característica muito ponderada e acessível de se trabalhar. Por consequência disso, na construção desse relatório, estarei atento a todas as discussões, a todos os ponderamentos, a todas as necessidades que os Parlamentares da Comissão tiverem, assim como os demais Senadores e Deputados, para, da forma mais harmônica possível, poder construir um relatório que represente esta Comissão e o Congresso Nacional.

Coloco-me já à disposição de todos os senhores para esses debates, reuniões e discussões que se fizerem preponderantes para a realização do Orçamento da União.

Ministra, eu tenho, na verdade, muita concordância com todos os aspectos abordados, mas alguns aspectos eu gostaria de compreender com um pouco mais de profundidade. Um deles é a boa expectativa que também eu tenho em relação ao crescimento econômico para o ano que vem. Mas, como todo cenário econômico, há ainda algumas divergências, especialmente em relação ao crescimento econômico.

Nós vimos agora o emprego avançando ainda mais, o início de uma recuperação industrial, um pouco da solução do câmbio, que começava a nos afligir, apesar de ser atrativo para as indústrias. Eu queria um pouco mais de elementos em relação à projeção do PIB de 4% para o ano que vem.

Segundo, em relação ao Orçamento do ano que vem, no que se refere à Copa do Mundo. Senti um pouco a ausência desses investimentos em aeroportos.



Também queria ouvi-la no que se refere aos orçamentos e investimentos para aeroportos.

Quero saber um pouco da sua opinião, sei que esse é um tema em discussão no Congresso, mas é importante ouvi-la — e eu já ouvi isso algumas vezes da Ministra — em relação também ao orçamento impositivo, que está sendo aprovado no Senado.

Por último, acho que todos nós temos uma mesma visão em relação ao Orçamento no que se refere a cortes e diminuição dos custeios. V.Exa. apresentou de forma muito concreta essas necessidades. Eu pedi um estudo, e quero saudar os assessores desta Comissão. Para minha surpresa, talvez por não ter-me debruçado tanto ainda no relatório dos orçamentos dos anos anteriores, eu percebo que o custeio com as pessoas chega a quase 90%. Isso limita muito o corte de custeio das máquinas administrativas. Essa é mais uma opinião, e também para reafirmar um pouco das linhas de corte que foram estabelecidas.

Eram essas as minhas indagações.

Também me coloco à disposição dos colegas.

Cumprimento, mais uma vez, a Ministra Miriam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Miguel Corrêa.

Vou fazer um bloco com os componentes subscritores do requerimento, junto com o Relator. Faremos, logo a seguir, um bloco de três Deputados inscritos.

Sendo assim, o próximo a fazer suas indagações é o Deputado Efraim Filho.

Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Saudações ao Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, à Ministra Miriam Belchior e aos demais componentes da Mesa.

Ministra, o meu requerimento se deu exatamente — e a data da autoria e da aprovação do requerimento nesta Comissão foi no final de maio ou em meados de junho — para discutir o decreto e um sentimento de verdadeiro desespero que os Prefeitos traziam, com a aproximação da data do cancelamento, especialmente porque este é um ano *sui generis*. Nessas eleições intercaladas de 2 em 2 anos, pega-se a transferência da gestão do Município, e muitas vezes para a oposição. Quando é reeleição e há continuidade, ainda está bom, mas, quando se é oposição,



muitas vezes se descobre que houve investimentos de última hora. E infelizmente a eficiência da Caixa Econômica na análise dos projetos tem deixado a desejar, não é lá um grande cartão de visitas.

A prática continuou, e muitos investimentos foram prejudicados porque, há de se convir, grande parte desses recursos são emendas parlamentares destinadas a investimentos. E é onde o Parlamentar cumpre o seu papel, já que o olhar macro do Governo nem sempre atinge rincões ou pequenos Municípios onde são necessários esses investimentos. O requerimento era nesse sentido, na visão de junho deste ano. V.Exa. trouxe as explicações e o alinhamento do Governo, como este está lidando com o tema.

Essa decisão de 2011 a respeito dos 50% foi fruto inclusive de debate da CMO, tema de um grupo de trabalho. Houve um requerimento também da minha autoria, em 2011, para que se procurasse criar uma metodologia diferenciada, se não me engano, de 50%, 30% e 20%, que têm correspondido às expectativas nos investimentos de menor monta.

Partindo do pressuposto de que *“em terra de cego, quem tem um olho é rei”*, já que é difícil mensurar até que ponto esse aumento da capacidade de investimento foi o que gerou esse aumento de Restos a Pagar — no sentido de que se trata de obras plurianuais, mas não necessariamente de falhas de planejamento ou de execução, que sabemos que existe —, não há como fazer essa mensuração no presente momento. Então, vamos partir da premissa de que são realmente obras plurianuais, mas sem deixar de questionar o sentimento que existe hoje, principalmente dos Municípios, da ineficiência da Caixa Econômica Federal na análise de projetos. Faltam técnicos especializados, faltam auditores.

O problema da medição e pagamento tem gerado casos em que empresas hoje deixam de realizar obras por conta do desalinhamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Não são poucos os casos de Municípios que hoje estão executando obras de calçamento de 2009, repito, de 2009! Na minha querida e estimada Paraíba, há inúmeros casos. Citando casos concretos, há Municípios onde a empresa desiste de fazer a obra, porque considera melhor ficar na inadimplência contratual, ficar com os 50% que foram medidos e recebidos, do que se



comprometer a fazer os outros 50% com o preço que já é inexequível nos dias de hoje.

Como o Governo se preocupa com essas obras inacabadas, que vão formar um passivo? Há algum estudo ou alguma deliberação nesse sentido? E, segundo, como o Governo pretende lidar com a Caixa Econômica Federal no sentido de suprir essa lacuna de técnicos especializados que existe, principalmente diante da perspectiva da vinda do orçamento impositivo? Porque acredito que esta Casa coloca no olho a olho o patamar de relação entre os Poderes, em equilíbrio, e isso será importante para o futuro.

Eram esses os meus questionamentos, Ministra. Para pontuá-los temporalmente, perceba que seriam a partir de junho, e não de agora.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Cabe um adendo, Deputado Efraim Filho?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Cabe adendo, cabe anexo, cabe emenda. É o Presidente quem o diz.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma questão a mais: há locais em que o Ministério Público só autoriza a licitação depois da AIO da Caixa Econômica Federal. Houve Prefeitos que deram entrada na documentação em junho; a AIO não foi sequer analisada, porque já estava no final do prazo; e o Município ficou prejudicado, porque o Ministério Público obriga a ter a AIO para fazer a licitação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só que isso é exceção; não é regra o que o Deputado Danilo Forte falou.

Eu já cumprimentei a Mesa e vou ser objetivo. Nós poderíamos até utilizar um pouco mais de tempo, mas, diante de tantos inscritos, eu serei extremamente objetivo.

Vou tratar de quatro assuntos, Ministra. Primeiro, a questão do orçamento impositivo. Nós o votamos, e ele está no Senado. O orçamento impositivo é das emendas individuais, que historicamente, Ministra, são ações para investimento. E o Governo está tentando tirar de ações de investimento para colocar no custeio,



principalmente na saúde. Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte, Ministra: se o Senado mudar o que foi votado na Câmara e tentar elevar para 50% o gasto das emendas impositivas para a área de saúde, vai haver um problema grave.

A ideia do Parlamento é esta: emenda é para investimento, não se coloca emenda para custeio. Custeio é responsabilidade do Governo. Não há sentido em apresentar uma emenda individual para se colocar despesa de custeio para a saúde, para pagar luz, para pagar combustível, para pagar medicamentos. Isso é fugir da concepção de emendar o Orçamento no Parlamento. Portanto, eu acho que isso é muito grave. E eu vejo que o Governo está forçando a barra para que isso compense o orçamento impositivo. Essa é a leitura que eu faço. Eu acho que isso é um equívoco.

Nós, Parlamentares, temos um compromisso com as bases, com o desenvolvimento, com a possibilidade de investimento. V.Exa. falou que o Governo tem feito um esforço muito grande para combater a crise, a inflação, com investimentos. Os Municípios perderam a capacidade de investir, Ministra, perderam. Pouquíssimos Municípios têm capacidade hoje de investir, porque a maioria das despesas está sobrecarregando os Municípios. Assim, essa questão das emendas individuais atende basicamente ao que denominam de “obras paroquiais” e tal? Eu discordo disso. São obras que, como nós colocamos na LDO, com a portaria editada pelo Governo para pagar 50%, de até 750 mil... Eu fiz uma emenda para que o Relator, Deputado Danilo Forte, aumente esse valor para 900 mil, como fiz uma emenda... Este é o segundo assunto, que eu vou colocar mais adiante.

Mas, em relação a essa questão do orçamento impositivo, isso é fundamental, porque nós estamos tratando apenas de 10% do valor de 60 bilhões, que estão previstos para o próximo ano, em investimento. É muito pouco para ficarmos nessa queda de braço.

Eu apelo a V.Exa. que permita ao Governo que pense como o Parlamento, pense como o Congresso, e apoie o orçamento impositivo. É um avanço que nós estamos fazendo, até porque as emendas de bancada e de Comissão, historicamente, não estão sendo mais pagas.

V.Exa. apresentou, na exposição, vários recursos para investimento: PAC; Minha Casa, Minha Vida; 11% para a discricionariedade. E nós estamos falando de



6 bilhões para os 581 Congressistas. É muito pouco, para se ficar nessa queda de braço. Eu não entendo por que o Governo está insistindo nessa temática.

Segundo, em relação aos Restos a Pagar, nós temos aqui 177 bilhões como Restos a Pagar, em 2013. O Tribunal de Contas da União já previu que vão ultrapassar 200 bilhões para 2014. E, pela projeção, já que este ano temos 91 bilhões para investimento, já foram empenhados 33 bilhões e pagos apenas 7 bilhões. Obviamente — nós estamos no meio de setembro —, não se vai conseguir atingir o valor. Historicamente, tem-se empenhando sempre em torno de 60%. Vamos admitir que se vão empenhar 60 bilhões. E se vai pagar quanto? Vai-se aumentar de 177 bilhões para mais 200 bilhões. Isso causa um problema de fluxo para as obras, para as empresas, para a própria boa utilização dos recursos públicos, digamos assim, muito grave.

Dentro desse contexto — e vou citar o que o Deputado Efraim Filho falou —, nós temos um problema grave, porque muitos dos convênios firmados, a Caixa Econômica não os tem aprontado em tempo hábil. Isso porque, como cada ano é uma prioridade em relação ao ano anterior, que não são analisados, sempre vai ficando o ano do exercício passado pelo ano anterior, que tem prazo para terminar; e o convênio cai a partir de julho.

A questão desses atrasos, dessa falta de estrutura da Caixa, eu acho que prejudica muito, porque a responsabilidade não é dos Prefeitos. Deputado Danilo Forte, essa responsabilidade é da Caixa. Minha esposa era Prefeita até o ano passado e eu posso assegurar: nós perdemos três convênios, por responsabilidade, porque a Caixa não tinha equipe para poder aprontar e apresentar as diligências — e quando analisava! Eu quero dizer que o esforço que eles fazem é muito grande, mas a equipe é menor do que a quantidade de convênios que estão sendo realizados.

Ou se abra uma possibilidade para que o Banco do Brasil também possa analisar esses convênios, a exemplo da Caixa Econômica, ou que se faça o que eu apresentei para o Deputado Danilo Forte como emenda, também para a LDO: não apresentadas as diligências até o prazo de cair o convênio, sendo responsabilidade da Caixa, que o convênio não se perca, para que não puna o Município, Deputado Ricardo Berzoini, porque o Município não tem culpa. Se o Prefeito apresenta o



projeto, o projeto vai para diligência, o Prefeito responde, e a Caixa não responde em tempo hábil, que culpa tem o Município para perder o recurso?

Essa questão, Ministra, eu apelo a V.Exa. que a leve em consideração. Eu apresentei uma emenda ao Deputado Danilo Forte. Espero que o Deputado, como Relator da LDO, com a sensibilidade de S.Exa., possa acatá-la. Assim, nós teríamos mais prazo para que Caixa apresente o projeto finalizado e o autorize, porque hoje o Município não começa a obra se não tiver com o edital aprovado pela Caixa, não inicia a obra se não tiver autorizado pela Caixa, e não paga se não tiver medido e determinado pela Caixa que se faça o pagamento. Portanto, a Caixa é que verdadeiramente comanda o processo. Se ela atrasa, por questões de equipe ou o que o valha, como acúmulo de serviço, está prejudicando os Municípios. Essa é uma questão grave. Efetivamente, nós temos que nos debruçar sobre essa questão.

O outro assunto — como esta é uma reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores — relaciona-se ao problema da Alcântara Cyclone Space e do Centro de Lançamento de Alcântara, centro de lançamento dos foguetes. Nós estamos com obras paralisadas lá, Ministra. Essa questão do veículo lançador de satélite é fundamental para o Brasil, V.Exa. sabe disso. Mas, na próxima quinta-feira, de amanhã ao dia oito — nós aprovamos o requerimento —, uma Comissão Conjunta de Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores irá ao Maranhão, para ver *in loco*.

Hoje nós temos um problema grave: eles precisam de 200 milhões no orçamento e financeiro para pagar o que estão devendo e concluir a fase que já está 3 anos atrasada. A parte da Ucrânia tomou empréstimo; na verdade, tomou três empréstimos, e os atrasos iniciais foram concluídos. A parte ucraniana da binacional ACS está completamente em dia, e o Brasil passou a ficar devendo.

Eu tenho informações de que o Governo vai aportar 150 milhões por agora e mais 50 milhões até dezembro. Isso resolve o problema, mas fica um remanescente de 180 milhões de dólares, que teriam que ser divididos entre 95 milhões para 2014 e 95 milhões para 2015. Se V.Exa. assegurar esses recursos — a binacional, V.Exa. sabe, é superavitária, já tem compromissos firmados de venda, de lançamento de satélite —, isso vai favorecer muito o Brasil.



Eu trabalho nisso, como Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Ucrânia, e acho que é fundamental para o Brasil estar inserido nesse contexto de excelência nessa tecnologia aeroespacial. Por isso, apelo a V.Exa. Nós vamos lá na quinta-feira que vem. V.Exa. poderia dar-nos uma notícia, já antevendo a nossa visita *in loco*.

Por fim, Sr. Presidente — e já vejo V.Exa. definindo o nosso tempo —, eu queria fazer uma indagação à Ministra sobre a questão da política fiscal e da inflação.

Ministra, V.Exa. falou, e nós concordamos, que no primeiro momento, quando o Governo apresentou essa linha creditícia para favorecer o consumo, isso foi importante para combater a crise passada. Mas o Governo insistiu nesse procedimento, nessa política de conceder crédito. Nós estamos hoje com a capacidade do povo brasileiro, daqueles que tinham acesso a crédito, completamente comprometida. Nós estamos vivenciando um momento mais difícil. E o Governo poderia estar fazendo investimentos — com isso nós concordamos. Agora, quando V.Exa. diz que está diminuindo o custeio, diminui o custeio mas subsidia energia elétrica. Bilhões estão sendo aportados para manter o preço da energia, e isso aumenta o custeio. De igual forma acontece com o preço do combustível. Bilhões estão sendo investidos para poder manter o preço da gasolina, e isso também aumenta o custeio. Esses recursos poderiam estar sendo direcionados para o investimento, já que, pela execução orçamentária deste ano, só foram pagos efetivamente 7% de investimento. Isso significa menos de 8% do que estava previsto no Orçamento para o exercício de 2013.

Indago a V.Exa., já que V.Exa. disse que estava investindo: é mesmo esta a política, aumentar o custeio? Sem contar a cesta básica dos alimentos, como o caso do tomate, já que houve subsídio. E não vou nem falar em relação às estatais. Mas, em relação a essa política fiscal *versus* inflação, eu faço essa indagação a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Volto a insistir: vamos tentar nos ater ao tempo regimental de 5 minutos porque nós temos mais de 15 Deputados inscritos. Queremos que todos tenham tempo de expor suas ideias e fazer suas indagações.



Passo a palavra ao Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Se usarmos 10% do tempo utilizado pelo Deputado Claudio Cajado, a Comissão já ficará aliviada.

Quero cumprimentar os Presidentes, Deputado Nelson Pellegrino e Senador Lobão Filho, o nosso Relator, Deputado Miguel Corrêa, todos os colegas Deputados Federais e Senadores, e especialmente a Exma. Ministra Miriam Belchior.

Ministra, meu partido me deu a possibilidade de ser Relator Setorial de várias áreas, mas eu escolhi a saúde, apesar de não ser médico e não militar na área. Eu acho que o maior problema do Brasil hoje é a saúde. Um homem público, uma mulher pública, um governo, um poder público não pode deixar que os números ou que a economia — ou o que quer que seja — afete sua sensibilidade de ser humano. E assistimos hoje, em nosso País, a um descalabro na saúde pública. Nós que visitamos hospitais públicos e hospitais conveniados assistimos ali à forma desumana e cruel como as pessoas estão sendo tratadas. Por isto, escolhi esse tema: para ajudar esta Comissão e o Governo a darem um passo adiante. Sei que é difícil essa tarefa, mas, se o Governo puder fazer um pouquinho só, já valerá a pena o mandato de todos nós aqui, porque é muito triste ver o que as pessoas estão passando e como estão vivendo em todos os pontos deste País.

Quero cumprimentar o Governo em relação ao Programa Mais Médicos. Esse foi um passo importantíssimo. Muitos foram contrários, no início, dizendo que não poderíamos trazer médicos de fora. Pura conversa fiada! Não importa quem vai atender, mas o atendimento tem que existir. Foi um primeiro passo, mas apenas um primeiro degrau. Nós precisamos avançar mais ainda.

Quero pedir sensibilidade a V.Exa. Nós aprendemos a ver os Ministros da área econômica como os mauzinhos, e os Ministros da área social como os bonzinhos. Os Ministros da área social dão as boas notícias, e os Ministros da área econômica dão as péssimas notícias. Vemos os mauzinhos e os bonzinhos, desde quando cheguei aqui, em 1996. Falamos sempre: *“Poxa, mas essa área econômica não tem sensibilidade! Não vê que é um ser humano e precisa de atendimento na área da saúde!”*

Assim, apesar de o meu requerimento falar de questões como emendas parlamentares, quero reforçar o que o Deputado Claudio Cajado falou em relação ao



Banco do Brasil. Acho que esta foi sugestão de V.Exa. Foi V.Exa. que esteve nesta Comissão e disse que também o Banco do Brasil passaria a fazer essas análises. E tem que haver a ampliação disso, porque a Caixa Econômica não dá conta de tudo.

Mas, Ministra, a despeito de ser base do Governo, de acreditar nesse Governo, de aplaudir o Ministro Alexandre Padilha pelo trabalho que vem fazendo, algumas coisas eu queria colocar. Apesar de ver números significativos em relação à saúde, não vejo a saúde como a prioridade das prioridades, como deveria ser, apesar de termos esses números até este momento, até este mês de setembro. São 8 bilhões e 800 milhões de reais que estão lá inscritos e bloqueados para a área da saúde. Só nós aqui no Congresso Nacional colocamos em torno de 7 bilhões de reais de emendas para o Orçamento deste ano — Ministério da Saúde, incluindo a FUNASA. E já foram bloqueados — este é o termo que está sendo utilizado — 8 bilhões e 800 milhões de reais.

Eu ouvi um zum-zum-zum, que ainda não é oficial, de que a Ministra Ideli Salvatti teria dito que utilizaria 15% da receita corrente líquida do País para a área da saúde. Mas é bom lembrar que os 15% propostos pelo Governo correspondem somente a 40% daquilo que o Mais Saúde e o Saúde+10 pedem. Seriam apenas 40%, não chegaria nem à metade do valor pedido.

Agora tive uma surpresa no demonstrativo que V.Exa. apresentou. Espero que os números de 2013 colocados no material não estejam errados e que os números de 2014 estejam errados. A senhora colocou que em 2013 são 87 bilhões e 300 milhões de reais na ampliação constitucional. Nas prioridades do Governo, saúde e educação, tem *“ampliação constitucional: 87 bilhões e 300 milhões”*, que é sempre a correção do PIB do ano anterior. Só se precisaria, se for utilizado o mecanismo do PIB anterior, de 83,12 bilhões, se fizermos a conta. Aqui estão colocados 87 bilhões e 300 milhões. Tomara que seja isso, porque assim a senhora estará ampliando em 4 bilhões, ainda este ano, os gastos com a saúde. Se esses números estiverem corretos, os desta ampliação, os de 2014 estão errados: não serão 90,1 bilhões, serão 94,65 bilhões. Assim, terá que ser corrigido esse 2014. Espero que não tenha havido erro em 2013, mas apenas em 2014, para que tenhamos ampliados esses recursos para a área da saúde.



Nós no PMDB estamos engajados na campanha da Presidente Dilma à reeleição. Se fôssemos pensar no lado eleitoral, se para melhorar a saúde precisarmos tocar nesse ponto, então esse é um ponto fulcral. É um ponto essencial a questão da saúde pública.

Mas eu toco é nessa questão de como as pessoas estão sendo atendidas neste País. Eu acredito — e insisto — nesses médicos indo lá, médicos que estão acostumados às condições mais difíceis, às maiores vicissitudes, a condições extremamente difíceis de atendimento: no início, eles darão conta do recado, mas depois surgirão problemas de estrutura, de materiais. A Prefeitura da minha cidade, por exemplo, que tem 200 mil habitantes, proibiu que se compre gaze, de agora até o final do ano. Não se poderá comprar mais gaze para nenhuma unidade, para ser feito um curativo. Esta é a situação que estamos vivenciando.

Quando eu trago isso aqui, pode parecer meio piegas. Eu deveria falar sobre números técnicos, mas quero dizer da sensibilidade do ser humano, do político, que não pode perder isso. Brasília é uma grande ilha da fantasia: há três vírgula não sei quantos médicos para cada mil habitantes. Lá no Maranhão, por exemplo, é zero vírgula noventa. Não chega a um médico para cada mil habitantes, no Maranhão. No meu Mato Grosso do Sul, da mesma forma. Nós não podemos comparar o lugar onde nós estamos trabalhando com o resto do nosso País. Nós vivemos outra realidade.

Por isso, eu gostaria que V.Exa., com o espírito feminino, com o coração de mulher, levasse isso em conta e pudesse dar um espaço a mais nesta questão que é tão tocante ao povo brasileiro: a saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marçal Filho.

Passo a palavra ao Deputado e Governador Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Ministra, com o espírito bem mineiro, eu tive a paciência de esperar a vinda de V.Exa., porque o meu requerimento foi aprovado em novembro de 2011.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Jura?

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sim. Eu deveria ser o primeiro, já que o meu requerimento é o mais antigo, mas está ótimo, não tem problema.



Naquela época, apresentei o requerimento, Ministra, exatamente porque as Forças Armadas estavam sucateadas. De 2011 para cá, não melhorou. Nós temos a informação de que dois terços dos aviões da FAB estão em solo por problemas de manutenção. É verdade que aumentou, do ponto de vista absoluto, o orçamento, mas também é verdade que, do ponto de vista do desembolso, caiu muito.

Tenho dados aqui: em 2000, eram 71% de desembolso; em 2001, 70%; no início do Governo do Presidente Lula, continuou de 73%, 70%, 72%. Mas, já no segundo Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidente Dilma, os percentuais caíram muito. No ano passado, foram empenhados somente 51%, de todas as unidades do Ministério da Defesa. De um orçamento de 22 e 900, foram pagos 11 e 600 — desculpem-me, não foram empenhados, mas pagos. Assim, o que foi pago é que realmente caiu muito em relação aos anos anteriores.

Vamos para as questões individuais, de cada Força.

No caso do Exército, acompanhei o Comandante do Exército em Sete Lagoas, Minas Gerais, na inauguração da fábrica dos blindados Guarani. Evidentemente, é um tipo de produção cara, em que houve grande investimento da iniciativa privada, e existe o receio de que não haja continuidade de fluxo. Eu até trouxe para V.Exa. um pedido de alteração da resolução que fez o contingenciamento este ano, mas V.Exa. apresenta que os blindados estarão incluídos no PAC. Eles não estavam incluídos até este ano, mas, a partir do momento em que estiverem incluídos, não haverá mais esse risco. Assim, portanto, o Exército, do ponto de vista de desembolso, de pagamento, teve o menor das três Forças, no ano passado: 41% apenas, no orçamento do Exército, foram efetivamente pagos. A média foi 51%.

Do ponto de vista da Força Aérea — e já falei dos 2/3 de aviões que estão no chão —, existe ainda a necessidade imediata de uma nova suplementação para o programa de combustível de aviação e manutenção de suplemento aeronáutico, o que dá algo em torno de 500 milhões, que precisariam ser, no mínimo, suplementados ainda este ano.

Do ponto de vista da Marinha, o valor é um pouco menor, na faixa de 200 milhões, mas, da mesma maneira, impacta muito o funcionamento.



As três Forças são fundamentais. A Comissão presidida pelo Deputado Nelson Pellegrino é muito boa, sob esse aspecto. Não temos divergência partidária, porque reconhecemos todos a importância da Defesa Nacional e a necessidade de reaparelharmos as três Forças. Isso está avançando. Há uma fábrica de helicópteros também em Minas Gerais. Fico até satisfeito com que as duas sejam em Minas: a de helicópteros e a de blindados. E também avança a questão do submarino.

Quanto aos aviões caça, entretanto, Ministra, quando o Presidente Lula assumiu...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - A de submarino não está lá porque não tem água, mas se pode pôr na Pampulha! *(Risos.)*

Mas a questão dos caças, evidentemente, não está aqui porque nem foi assinado contrato ainda. Vai ter que se fazer, depois, uma suplementação. Evidentemente, vai ser pago em 20 anos, quando se decidir. Mas eu queria só lembrar que, em 2003, o Presidente Lula suspendeu o programa de caças por causa do programa Fome Zero. O programa não funcionou, foi necessário vir com o Bolsa Família, e o caça continua. Estamos já em 2013. Vamos ter uma solução para os caças? Esse é um problema que quero deixar para comentários.

Eram esses os aspectos específicos sobre a Defesa Nacional. Sr. Presidente, há somente mais dois assuntos que gostaria de acrescentar.

Há muitos anos, Ministra, eu venho alertando — sou profissional da área de tecnologia da informação — para o problema da cibernética, da defesa cibernética. Até tentaram me ironizar, que eu estava querendo colocar censura, e ouvi a Presidente pedindo ontem regulação da Internet do ponto de vista internacional. Veja bem, o Centro de Defesa Cibernética do Exército tem para esse orçamento 90 milhões, já é ridículo, e apenas 15 milhões foram realmente desembolsados. Dos 90 milhões, 15 milhões apenas. Como é que o Brasil pode agora se encher dessa defesa da soberania se não investe na defesa cibernética?

As obras estão paralisadas lá em Alcântara. Só agora é que estão tomando uma decisão sobre qual satélite comprar.



Quero enfatizar essa questão. O Brasil tem que saber se defender. Não adianta só nós termos posições políticas de que não vamos mais aos Estados Unidos. Não é isso, o Brasil tem que saber se defender e investir nessa área.

Quero ainda falar sobre a questão da saúde, Ministra. Vi nos dados que a senhora coloca para 2014 mais 5,7%. É pouco, mais 5,7% vão aumentar a curva descendente do investimento federal em saúde. O Governo Federal já foi responsável por muito mais na saúde do que é hoje.

Eu, antes, estava em Poços de Caldas, Minas Gerais, cujo Prefeito é do partido de V.Exa., do PT, e o que as prefeituras gastam hoje não são 15%, mas 25%, 30% do orçamento com saúde, porque estão cobrindo o que o Governo Federal diminuiu da receita tributária. Portanto, a questão da saúde realmente é fundamental, e esses 5,7% não atendem.

Quem falou aqui em eleição foi o Deputado Marçal. Quero dizer o seguinte: depois de 11 anos dizer que a solução para a saúde é trazer médico de fora? Desculpe-me, mas é a confissão de que não conseguiram fazer mais.

(Não identificado) - S.Exa. não falou isso. Falou que é questão fulcral.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - É importante que nós possamos ter, além de mais médicos, mais recursos. E o que está acontecendo é o inverso. Está declinando o gasto do Governo Federal com saúde do ponto de vista percentual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Eduardo Azeredo.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pergunto se o Deputado Nelson Pellegrino gostaria de fazer uso da palavra, como Presidente da Comissão.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, diga ao Deputado Nelson que deixe para depois, porque estou precisando voltar para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, com a condescendência do Presidente Nelson Pellegrino.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Na realidade, vou ter que voltar ao Senado porque, inclusive, Ministra — e acho que essa é uma das questões mais



importantes; viu, Deputado Azeredo —, estamos discutindo agora lá a MP que trata do Programa Mais Médicos.

Além disso, na área da saúde, Ministra, no Senado — e V.Exa. participou na semana passada de um debate, no plenário do Senado, com o Ministro da Saúde —, estamos discutindo exatamente a questão dos recursos para a saúde, Deputado Marçal, a própria questão da carreira dos médicos, a questão que envolve as emendas, por isso o Senado fez o debate, Deputado Claudio Cajado, no sentido de nós reforçarmos o orçamento de saúde.

O pleito de custeio não é um pleito para tirar o investimento ou a relação do Parlamentar com as suas bases, mas nós, verdadeiramente, interferimos no orçamento da saúde nessas bases, com a possibilidade de termos exatamente a aplicação no custeio, que é um drama.

Na linha do que disse há pouco o Deputado Azeredo, se botar mais médicos, se botar mais coisas para poder ajustar a saúde, imagine propor investimentos para a saúde, Deputado Azeredo, construindo postos de saúde sem termos a possibilidade de aportar recursos para o custeio desses postos? Esse é o maior dano, mas esse é o maior drama que V.Exa. deve ter vivenciado, diria até, com experiência dentro de casa, já que sua esposa era Prefeita da cidade de Dias D'Ávila. Esse é um aspecto para o qual quero chamar a atenção.

Essa é a grande preocupação no Senado, Ministra. Juntamos todos os projetos dessa área para termos ideia de como vamos trabalhar isso no orçamento, permitindo exatamente ampliar a capacidade de investimento na saúde e não só a capacidade de desembolso, mas para a saúde poder honrar essa questão.

O segundo aspecto, Ministra, para o qual quero chamar a atenção tem a ver com a defesa, Senador Inácio, que falava da fabricação dos caças. E aí, Deputado Azeredo, é importante lembrar que esse debate sobre a questão da defesa cibernética, eu tenho participado de quase todos os fóruns internacionais sobre esse tema, desde 1997. Eu fui o primeiro brasileiro, inclusive, a ser chamado de louco, em 1997 e em 1999, Deputado Jorge Bittar, até porque, graças a Deus, e os requerimentos estão aí, em 1997, durante o processo de privatização, nós denunciávamos a instalação de bases de espionagem. E nós chamávamos a atenção, Ministra, para o fato de que na privatização nós estávamos entregando os nossos



quatro satélites, que eram operados pela EMBRATEL, que estávamos colocando esses satélites na roda. Em março de 1999, Senador Inácio, eu fiz de novo esse alerta, agora com requerimentos inclusive à Comunidade Europeia, ao Parlamento Europeu, ao Parlamento americano, à ONU, à UIT, à OEA, sobre o acordo UKUSA — Reino Unido e Estados Unidos —, no que diz respeito à base Echelon.

Então, em todas as reuniões, Deputado Azeredo, quem representa o Estado americano nesse debate cibernético, no debate de TI, no debate de telecomunicações é o Ministério da Defesa.

Na última reunião de que participei, agora, em dezembro do ano passado, eu até fiz uma brincadeira com o Ministro Paulo Bernardo, porque um dos membros estava vestido de branco, como está aquele representante da Marinha ali. Eu virei para ele, e disse: *“Diga aqui para o Ministro Paulo Bernardo qual o Ministério que o senhor representa”*. Ele até deu risada, porque já me conhece, até me chamou de Deputado. Disse: *“Não, porque eu conheci o senhor como Deputado”*. Aí eu disse: *“Mas não brinque, não”*, porque em toda reunião está lá o representante da Marinha americana e não tem ninguém do Ministério das Comunicações. Mas o Ministério da Defesa, Deputado Danilo, é quem participa de todas as reuniões mundiais que tratam dessa questão.

Portanto, essa é uma área muito delicada para nós. Nós estamos aí com um satélite, com todos os projetos da Marinha, que, por sinal, tem feito um bom trabalho, a despeito dos problemas orçamentários; a própria Aeronáutica, com o debate envolvendo os caças. E eu acho que nós devíamos retomar o debate como começamos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. A compra não pode estar só focada no aspecto bélico. A compra tem que estar focada a fim de saber o que vamos extrair do ponto de vista da tecnologia para utilizar em outras áreas. Um caça sobrevoando a Região Amazônica pode ser, além de algo que vai monitorar do ponto de vista bélico, pode ser um grande provedor de infraestrutura. E aí eu me refiro inclusive a uma banda larga. Ele pode suprir uma das carências de comunicação que nós temos naquela região. E outras coisas mais. Na área da Saúde, por exemplo, o que se utiliza na eletrônica embarcada de um caça. Ele é tão sofisticado, Deputado Danilo, que é capaz de enxergar uma mosca no meio da Floresta Amazônica. Portanto, isso pode ser utilizado para diversas ações de



Medicina, para diversas ações de telemedicina, para diversas ações inclusive da chamada laparoscopia, portanto, com coisas invasivas. Na realidade, nós estamos tratando desse tema.

E quero concluir dizendo que é importante que esse Orçamento da Saúde, Deputado Marçal, enxergue a necessidade de nós ampliarmos todos os nossos tentáculos do ponto de vista da formação médica no País, que é a questão da abertura de cursos. Portanto, essa é uma preocupação que nós temos que ter nessa hora: juntar diversas pontas. E, para isso, chegarmos também no orçamento impositivo e ter a oportunidade de aprovar aqui a LDO para nos dar o conforto, para nós não terminarmos convivendo com a tese de aprovar o nosso orçamento no final do ano, em conjunto com a LDO. Portanto, nós vamos aprovar caminhos, depois de ter aprovado toda a estrutura de gasto, o que é uma anomalia no processo orçamentário. Nós vamos discutir as diretrizes, depois que nós já definimos como vamos aplicar os investimentos e como vamos tocar o custeio, sem ter traçado o caminho.

Então, Ministro, acho que essa é a preocupação da Comissão. E entrego à Ministra aqui mais um pleito do Senador Eduardo Suplicy. Eu pensei até que S.Exa. tinha operado a garganta. Mas, não. Operou os olhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ainda faltou um requerimento do Senador Eduardo Suplicy?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - S.Exa. não podia falar, mandou aqui a emenda. Como sempre fazendo a defesa das emendas dele no que diz respeito principalmente à transferência de recursos, a grande briga do Senador Suplicy, na área da economia solidária, na área da assistência: a chamada renda mínima.

S.Exa. faz aqui esse apelo para que isso seja, mais uma vez, pensado com carinho na nossa peça orçamentária. E faz, inclusive, esse pleito ao Relator da LDO.

Então, era isso, Ministra.

Eu vou ter que me retirar por conta dessas questões lá, mas estaremos firmes nessa caminhada, para conseguir tocar o Orçamento deste ano, fechar o ano com uma boa execução, e preparar o Orçamento de 2014 compatível com esse aumento considerável da demanda, que o País começa a assistir a partir de agora.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Pergunto ao Exmo. Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, para finalizar este bloco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Orçamento; Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral do Orçamento, eu vou ser muito breve, até porque eu tenho um voo agora, às 18 horas, para São Paulo.

Mas, além dos pontos colocados pelo pessoal da CREDN, quero apresentar outros três, para os quais eu queria uma atenção muito especial de V.Exa.

Primeiro, nós fizemos, ano passado, uma emenda de Comissão, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação ao custeio das aeronaves do Comando da Aeronáutica. São 35 milhões. Esse custeio é fundamental, Ministra, não só para a manutenção das aeronaves, mas para que não haja uma redução da frota operacional da Aeronáutica. Essas aeronaves são fundamentais. Depois, eu passo a V.Exa.

Têm também as chamadas emendas individuais, que diversos Parlamentares apresentaram também, para melhorar as instalações do Comando da Aeronáutica.

Sra. Ministra, eu queria também uma atenção especial para o decreto de contingenciamento de veículos. A portaria, como é genérica, acabou atingindo veículos importantes do Comando do Exército, como os veículos para o combate à estiagem do Nordeste; os veículos para o Sistema Astros, um programa importante dos mísseis; viaturas do Projeto Guarani, que está inclusive no PAC, e ambulâncias e viaturas destinadas à atividade de fiscalização de produtos controlados, inclusive artefatos de fogos de artifício.

Como o decreto generalizou, acabou atingindo também essas aquisições. E já existe recurso no Orçamento para aquisição. Então, teria que, talvez, fazer uma exceção na portaria.



E também, como já foi aqui dito pelo Deputado Eduardo Azeredo, na linha do que V.Exa. colocou, que o contingenciamento foi principalmente em relação ao custeio, houve um contingenciamento de 589 milhões, quase 590 milhões, no Comando da Marinha, dos quais seria fundamental o reexame de 504 milhões, porque são programas importantes, como a modernização e a adequação das aeronaves da Marinha, que estão sendo feitas pela EMBRAER; a recuperação da capacidade operacional especial do Aeródromo São Paulo, que é o nosso porta-avião, já estava incurso esse processo de recuperação; também a aquisição de um navio-patrolha, de 500 toneladas, ao Estaleiro EISA, que está sendo construído, Ministra. Então, precisaríamos honrar os nossos compromissos nesse sentido. Também em relação ao ensino marítimo e segurança de tráfego aquaviário, o recurso foi contingenciado; despesa e manutenção, e atividades de pessoal.

Eu queria passar para a mão de V.Exa., para que o Ministério pudesse fazer esse estudo, além do que já foi dito aqui em relação à Alcântara, que, tenho certeza, há sensibilidade. Eu estive recentemente com o Ministro Celso Amorim, que me relatara que o Governo fará aquele aporte de 200 milhões de reais, que é a nossa contrapartida, lá na obra de Alcântara, isso é muito importante, e também abrir essa lacuna para o Projeto FX-2, o projeto dos caças. Embora saibamos que haverá carência, essa coisa toda, nós estamos na expectativa de que a Presidenta Dilma, ainda este ano, possa anunciar a compra desses caças para a nossa defesa aérea.

Além do que, Ministra, nós gostaríamos, diante até das últimas denúncias de espionagem, e a Comissão tem acompanhado muito isso, de discutir até a possibilidade de inclusão do Centro de Defesa Cibernética, de guerra cibernética, no PAC. Seria muito importante. É evidente que temos um orçamento de 90 milhões, como disse o Deputado Azeredo, e só executamos algo em torno de 20 milhões, 23 milhões, mas é importante também considerar, que, nesse caso, não é só comprar produto de prateleira, porque nós queremos desenvolver tecnologia brasileira para esses equipamentos, inclusive com código fonte, se não, não teria sentido fazermos a nossa defesa.

Considero muito importante, Ministra, que possamos analisar a possibilidade de incluir o Centro de Defesa Cibernética, juntamente com o submarino de



propulsão nuclear e o KC-390 da Força Aérea e a defesa aérea, no caso do FX-2, que são os projetos eleitos pelas Forças como prioridades estratégicas.

Muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Pellegrino.

Passo a palavra, neste momento, à Ministra Miriam Belchior, para que possa responder às indagações aqui realizadas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, indago se não poderíamos suspender a sessão por 5 minutos para os Deputados irem ao plenário votar e voltar. Há uma votação nominal em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pedimos ao Senador Inácio Arruda que faça as suas indagações. Assim, daria tempo para todos os Deputados irem votar.

Com a palavra o Sr. Senador Inácio Arruda, enquanto aguardamos o retorno dos Deputados.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Sra. Ministra, Sras. e Srs. Senadores que estão indo votar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo, Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ministra, estamos invertendo a ordem aqui, para aguardar o retorno dos Deputados. Passarei a palavra ao Senador, e V.Exa. poderá responder diretamente ao Senador, enquanto nós aguardamos o retorno dos Deputados que foram votar.

Então, com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Como já é do conhecimento da Sra. Ministra, o nosso trabalho aqui é sempre interrompido pela emergência do plenário.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Claro.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - A Câmara inclusive antecipou. Começou antes da votação do Senado, mas daqui a pouco também teremos votação no Senado.



Tenho duas questões administrativas. Uma é a respeito de um problema crônico nosso no Nordeste, o problema do DNOCS. Ainda estamos com essa pendência de solução para o DNOCS, a questão administrativa de contratação de novos profissionais. Com o papel relevante que ele tem, nesse período todo de estiagem, nós conseguimos, este ano, inaugurar algumas barragens importantes. O DNOCS tem algumas obras no PAC, mas ele está muito, muito, carente de novos quadros. O último concurso para o DNOCS foi em 1982. O pessoal assumiu em 1983. Então, uma boa parte está se aposentando, está saindo do DNOCS. Isso prejudica, inclusive, a memória desse importantíssimo órgão do Nordeste brasileiro, especialmente, embora seja um órgão nacional, mas com uma atuação muito destacada no Nordeste.

A segunda questão é relativa à Defensoria Pública. Não sei se V.Exa. sabe, mas praticamente a Presidente assumiu um compromisso. S.Exa. tem honrado muito esse compromisso com a Defensoria Pública da União, inclusive na melhoria da qualidade dos serviços. Faltam apenas oito defensores, do último concurso, para serem chamados. Na última leva, acho que foram chamados 40 defensores. Ficaram restando oito defensores. Vamos ter de fazer uma nova chamada ou esperar que esse pessoal faça um novo treinamento para ser chamado numa nova oportunidade. Acho que é uma coisa que poderia ser resolvida imediatamente. São oito vagas que preencheríamos e esse concurso ficaria absolutamente finalizado. É muito importante tratarmos dessa questão.

Outra questão, não administrativa, para examinarmos é: nós temos na bacia hidrográfica do Nordeste brasileiro, em cada Estado, alguns rios. É muito importante que eles sofram barramentos. Todas são obras de médio a grande porte para nossa região. Por exemplo, nós estamos barrando agora o Rio Poti, que nasce no Ceará e deságua no Parnaíba, em Teresina. Então, ele tem dois sentidos para nós. Ele vai permitir abastecimento humano nas duas barragens que vamos fazer, em Fronteiras, em Crateús, no Ceará, e em Castelo, no Piauí. Ele abastece a população daquela região, tira essa crise gigantesca que estamos vivendo — futuramente não viveremos em função dessas duas barragens —, e ele é um regularizador de enchentes. Ele regula as enchentes enormes que temos em Teresina. Então, ele é muito importante.



Nós temos ainda, nesses Estados, alguns rios importantes. Por exemplo, no Ceará, nós temos um rio chamado Coreaú. Esse rio não tem nenhum barramento. Então, não é que a gente perde a água dele para o mar. A água dele vai para o mar. Ela não se perde, não. Ela é muito boa quando chega ao mar, mas, ao barrar o rio, nós criamos potencial de abastecimento da população daquela região, e, ao mesmo tempo, de irrigação. É o chamado Rio Coreaú. Ele nasce no Ceará.

Esse é um fato que estou levantando em relação ao Ceará, mas no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, temos algumas áreas de barragens que seriam praticamente complementares a uma grande obra, a interligação de bacias do São Francisco, porque daremos a um projeto que nós denominamos no Ceará, por parte do Governador, de Cinturão das Águas, uma relevância ainda maior, se pudermos ter esses outros rios também sendo barrados, guardando água para momentos cruciais como o que estamos vivenciando. Então, é muito importante para nós o aproveitamento da nossa bacia hidrográfica no Nordeste brasileiro, especialmente no Nordeste Setentrional, que está sendo atendido com uma grande obra, mas que precisa dessas obras complementares.

É evidente que tratamos disso em LDO, nós tratamos disso em Orçamento, nós tratamos em Plano Plurianual, mas é preciso uma elevação do perfil desses projetos para que eles possam entrar com uma boa parte dessas solicitações. Eles têm projetos que já foram desenhados, desenvolvidos ou contratados, solicitados pelo DNOCS ou pelos Estados. Então, a gente poderia aproveitar muito desses empreendimentos dentro do Plano de Aceleração do Crescimento nessa área de recursos hídricos que tem um planejamento já sendo executado pelo Governo Federal.

É evidente que nós apoiamos essas iniciativas todas da área de segurança, inclusive da segurança cibernética. Eu trataria ainda de como desenvolver a nossa tecnologia, porque não basta comprá-la fora. Aqui temos representantes da Aeronáutica. Eu imagino a batalha travada pelo Marechal Montenegro no Brasil para garantir a existência do CTA e criar o ITA, porque quem leu a biografia do Montenegro, de Fernando Morais, vê que ele foi numa missão aos Estados Unidos, para que a gente pudesse continuar comprando dos americanos e formando o pessoal lá. E os americanos do MIT, descritos na biografia pelo Fernando Morais,



disseram: *“Vá fazer um MIT no Brasil, rapaz. Faz um lá”*. E foi uma batalha gigantesca que nós travamos para poder construir esse CTA e, depois, seus institutos, que são algo extraordinário hoje para o Brasil. Então, é como a gente investir aqui. Eu brinquei ali dizendo que eu quero fazer os caças é lá no Ceará, mas não é brincadeira, não. Eu estou querendo fazer os caças é lá no Ceará mesmo. Já que o Montenegro saiu do Ceará para fazer o CTA, agora, queremos fazer os caças lá.

Temos de trabalhar nesse rumo. É claro que a exigência e a emergência talvez nos ponham nessa situação, mas temos de avançar. Não podemos ficar nessa dependência. Se é uma questão de segurança, de proteção, não são terceiros que vão nos proteger, pelo amor de Deus. Nós podemos até comprar os pacotes tecnológicos, abri-los aqui e fazê-los aqui, mas precisamos avançar um pouco mais nessa área.

Isso vale para a aviônica e vale para segurança cibernética. Não basta ter o marco regulatório. Nós precisamos produzir a nossa segurança nessa área cibernética. Se não, não teremos segurança nenhuma. Vamos fazer uma lei que será protegida por equipamentos produzidos por terceiros que têm toda inteligência na mão.

Vi aqui a batalha pela construção SIVAM e da construção, depois, do equipamento de inteligência do SIVAM. Nós travamos essa batalha no Congresso Nacional em 1995, 1996, 1997. E nós tivemos de trabalhar com equipamentos de terceiros. Então, acho que o nosso planejamento tem de enxergar o País mais adiante. É correto tratar das questões emergenciais, mas é bom a gente ver o alvo mais adiante, porque senão a gente vai ficar comprando lá fora e nunca desenvolver a tecnologia.

Existe gente que acha que não deve mesmo comprar tecnologia e nem deve desenvolvê-la. São comerciantes. Comerciante é assim mesmo. Só na base do comércio: *“Eu compro de qualquer lugar, vendo em qualquer lugar. Está bom para mim”*. Mas o nosso problema não é esse, é de um país continental que precisa ter a sua segurança na mão e não na mão de terceiros.

Era essa a questão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós já estamos aqui há mais de 2 horas, e isso se torna extenuante para a Ministra e para todos nós. Como eu sou o próximo inscrito, queria sugerir que V.Exa. limitasse o tempo, para que tentarmos ser mais objetivos nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem registrado, Deputado Carlos Zarattini, inclusive porque o Regimento prevê apenas 5 minutos para cada inquiridor da Ministra.

Passo a palavra, neste momento, à Ministra, para que possa, neste bloco, responder a todas as indagações feitas pelos nobres Parlamentares.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Vamos lá.

Para alguns casos, vou pegar por tema, porque vários Parlamentares se referiram a ele. Vou tentar abordar todos os temas levantados.

Em primeiro lugar, o nosso Relator pediu para aprofundar um pouco sobre o contexto que nos leva a propor um PIB de 4% para 2014.

Nós temos aqui dois blocos de razões. O primeiro é um cenário externo melhor. Neste ano já está melhorando, e nós esperamos que, no ano que vem, seja ainda melhor o cenário externo, com os Estados Unidos e a Europa retomando o crescimento, a China mantendo um ritmo elevado e com a retomada do comércio internacional.

No cenário nacional, nós temos, além da continuidade da evolução do consumo interno com aumento do salário mínimo, o mercado de trabalho aquecido, os investimentos do PAC, do Minha Casa, Minha Vida e o início dos investimentos provenientes dos leilões de concessão, a safra recorde na agricultura, as indústrias se recuperando, inclusive com ajuda do câmbio, e em função da atração de turistas e do incremento nos serviços devido à Copa do Mundo.

Todos esses elementos nos parecem justificadores da previsão de 4% de crescimento no PIB no próximo ano.

O Deputado Miguel Corrêa me perguntou também a respeito dos investimentos da Copa, especialmente dos investimentos relativos a aeroportos.



Nós temos, no ano que vem, recursos previstos no Orçamento da União no montante de 3 bilhões e 700 milhões e, na INFRAERO, mais 1 bilhão e 200 milhões. Esse nos parece um montante bastante alto, compatível com as necessidades dos nossos aeroportos, além, é claro, dos investimentos privados que estão sendo realizados nos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Gosto sempre de lembrar que alguns Governadores dizem para a gente: *“Eu faço um carnaval com muito mais gente chegando e saindo do aeroporto do que vai ter na Copa do Mundo”*. Costumo dizer que os nossos investimentos em aeroportos são fundamentais para a Copa do Mundo, é claro, melhorar conforto e tudo o mais, mas são fundamentais para dar conta do crescimento de dois dígitos que nós temos tido nos últimos anos do crescimento da demanda por voos aéreos no País. Esse, para nós, é o maior desafio que nós temos e que estamos enfrentando nesses últimos anos.

O Deputado Miguel Corrêa também falou de estudo sobre custeio, como a gente trabalha com isso.

Queria dizer aos senhores que, além de nos concentrar nos custeios administrativos estritamente colocados, nós estamos para finalizar, neste segundo semestre, iniciativas na direção da constituição de uma central de compras do Governo Federal. Da mesma maneira como os nossos bancos públicos hoje fazem compras centralizadas, que as grandes empresas fazem compras centralizadas, nós também faremos as compras que são comuns entre os Ministérios.

Com relação a obras, é claro que a INFRAERO e o DNIT continuarão fazendo as suas licitações, mas, no que diz respeito à aquisição de materiais e contratação de serviços, vamos caminhar progressivamente para fazer isso de forma centralizada no Governo Federal.

Pego aqui um elemento da colocação que o Deputado Miguel Corrêa, o Deputado Claudio Cajado, o Senador Walter Pinheiro e alguns outros fizeram sobre orçamento impositivo. Primeiramente, nós tivemos a oportunidade de, ainda no início de agosto, fazer horas e horas de discussão com os Líderes na Câmara dos Deputados, para discutir o orçamento impositivo, e, nesse debate foi possível avançar em duas questões. A primeira questão vai não só na direção da intenção que o Congresso tem de tornar impositivas as emendas individuais, mas também de



trabalhar melhor a forma de operacionalização disso. Quando a gente para e pensa em como executar isso, vê que é preciso ter uma série de detalhes para garantir aquilo que o Congresso gostaria — a execução das emendas no montante estabelecido pela emenda constitucional — e também garantir ao Governo as condições de não executar as emendas se houver algum problema. Então, a gente tem que pensar em como construir um processo que garanta a execução no fim das contas e não responsabilize o Executivo caso haja um problema incontornável. Acho que esse foi o primeiro avanço, porque o estabelecimento desse regramento foi um avanço importante na discussão.

O avanço mais importante, do nosso ponto de vista, é a proposta que o Governo defende, que é a proposta da nossa Presidenta: a vinculação de 50% das emendas à área da saúde. Então, nós achamos que isso é um avanço importante. O Deputado Marçal Filho fez um libelo a respeito da importância da saúde.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - É claro que a Deputada Fátima Bezerra, que há pouco estava aqui, poderia fazer um libelo pela educação, como alguns fizeram aqui pela defesa. Mas o Orçamento é um só, ele é só 100%, não é 120%, nem 150%, nem 200% e nós achamos importante que metade das emendas devam ser vinculadas à área da saúde.

Queria dizer ao Deputado Cajado que não foi iniciativa do Governo colocar o custeio. Normalmente não é possível nem custeio, que é uma questão mais limitada. Houve uma demanda dos próprios dos Líderes que se sentaram comigo e com a Ministra Ideli. Discutimos o assunto de que ele deveria ser aberto também para o consumo, o que vai exatamente na direção que alguns Parlamentares aqui colocaram, ao falar sobre as dificuldades de Estados e Municípios em relação ao custeio e que isso seria importante para alguns dos insumos. Enfim, isso não partiu do Executivo.

O Senador Walter Pinheiro já falou isto aqui, mas eu queria reforçar: a iniciativa de incluir também o custeio não foi do Executivo, ela veio do próprio Legislativo. E, mais do que tudo — o Senador Walter Pinheiro também colocou aqui —, não é obrigatório; você coloca no custeio se quiser, mas pode ser colocado na saúde e em investimento, não há nenhuma restrição a isso.



Então, se eu entendi o seu questionamento, estava em “*sem custeio*” e “*não investimento*”. Logo, como não é obrigatório, não vejo motivo para a preocupação que o senhor colocou aqui. E, neste momento em que estamos discutindo mais recursos para a saúde, essa vinculação parece-me bastante importante.

Considerando isso, eu passo para a saúde, mais pelo gancho — vou dar um pulo e depois volto. Deputado Marçal Filho, eu acho que o debate a respeito da necessidade de melhorar a qualidade da saúde em nosso País tem apoio do Parlamento, do Executivo e de toda a sociedade brasileira. Eu acredito que essa é uma pauta que está na ordem do dia da nossa discussão. Agora, ela precisa ser enfrentada com a angústia que o senhor colocou aqui, mas também com os pés na realidade que temos.

Eu estive aqui, na última quinta-feira — o Senador Walter Pinheiro comentou isso —, numa reunião de Comissão Geral no plenário do Senado, debatendo essa questão juntamente com o Ministro Padilha, com representações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, do movimento que apresentou a proposta de 10% da receita corrente bruta. Quero agradecer ao senhor. Sei que é preciso fazer mais um pouquinho, mas o senhor mesmo reconheceu, na sequência, que temos feito um “poução mais”, mas que esse “poução mais” ainda é insuficiente para as necessidades do País.

Queria dizer que a proposta de 10% da receita corrente bruta tem alguns problemas que precisam ser enfrentados. É claro que ela é uma ótima proposta, qualquer um de nós, em tese, acha a proposta muito boa. No entanto, ela parece ter dois problemas básicos, e o primeiro é usar como parâmetro a receita corrente bruta, que inclui a receita que é transferida para Estados e Municípios, ou seja, com a qual o Governo Federal não fica. Então, não nos parece adequado basear uma vinculação em cima de uma receita que não é da União.

O segundo problema é o montante que isso significa: seriam 39 bilhões de reais a mais em 2014. Na quinta-feira, eu tive a oportunidade de apresentar aqui aos movimentos, na reunião de Líderes no Senado e na Câmara, o seguinte: se eu pegar as nossas despesas discricionárias, de mais ou menos 270 bilhões, e tirar saúde e educação, Brasil Sem Miséria, PAC e Ciência e Tecnologia, tirar as obrigatórias, sobram 36 bilhões de reais para todas as outras áreas, inclusive para a



Defesa e outros Ministérios. Para todo o resto, sobram 36 bilhões de reais — só essa medida é de 39 bilhões. Ou seja, eu fecho a Defesa e todos os outros Ministérios? Então, esta é a questão que se coloca: a proposta é ótima, mas como viabilizar isso dessa maneira?

É claro que a posição do Governo é discutir com os movimentos e discutir com as Lideranças da Câmara e do Senado. Hoje o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, apresentou uma proposta já negociada com o Governo, de mudar a vinculação para a receita corrente líquida, num montante de 15% até 2018, subindo isso progressivamente, com percentuais para cada um dos anos. Vou ver aqui meus números: pela regra atual, o aumento até 2018 seria de 41 bilhões; por essa nova proposta, esse valor praticamente dobra, e são 79 bilhões nesses 5 anos. Parece-nos um passo muito importante, uma mudança substantiva para melhorar o financiamento da saúde no nosso País.

Queria dizer que os gastos em saúde não têm curva descendente. Aumentamos o custeio e temos garantido os recursos para o investimento nos Estados e Municípios, além da preocupação com a formação dos médicos, para garantir a mão-de-obra necessária, para que médicos brasileiros possam atender os brasileiros em qualquer canto do País.

Quero lembrar que, mesmo com extinção da CPMF, infelizmente aprovada aqui neste Congresso, em 2007, que retirou o equivalente a 5% da receita corrente líquida, o Governo Federal repôs esse recurso a partir das outras áreas.

Então, acho que essa discussão é fundamental. Lamento que, em vez de aperfeiçoar a vinculação da CPMF à saúde, este Congresso Nacional tenha feito a opção de extinguir a CPMF — eu acho que aquela foi uma madrugada, como disseram alguns Senadores na última quinta-feira, triste para a saúde brasileira e para os brasileiros em geral. Mas o Governo, a partir desse debate, dá um passo adiante.

O Deputado Eduardo Azeredo estava falando que os Municípios brasileiros acabam dispendendo mais do que os 15% — eu já estive numa secretaria municipal, não a de saúde, felizmente, que eu acho que é uma área muito difícil de trabalhar. Quero lembrar que, no caso dos Municípios e dos Estados, a base de cálculo é a receita tributária, não é a receita corrente líquida. Então, a base de partida é muito



superior aos mesmos 15% que os Municípios fariam; seria alguma coisa em torno de 10% da receita corrente líquida municipal. Isso, é claro, depende da receita de cada Município, especialmente com *royalties*, receita patrimonial, etc.

Hoje o nosso Líder de Governo apresentou essa emenda na CCJ, e nós acreditamos que assim poderemos poder dar o passo para o próximo período de 5 anos nessa área. Acredito que todos nós, Parlamento, Executivo e sociedade, devemos seguir discutindo como alavancar mais financiamento para a saúde no nosso País.

Eu vou voltar a seguir a ordem. Quanto às questões colocadas pelo Deputado Efraim em relação à evolução de Restos a Pagar — RAP, eu já trouxe aqui a evolução do investimento, que se refere exatamente a isso. Reafirmo ao senhor, Deputado, que não tenho preocupação quanto a isso, porque, como estamos falando aqui, os Restos a Pagar crescem exatamente pela evolução dos Restos a Pagar de investimentos no nosso País, que se somam à execução, que tem crescido bastante, como vimos.

Eu queria aproveitar para juntar as perguntas do senhor e do Deputado Cajado. Reconhecendo, em primeiro lugar, que tanto o decreto quanto a Portaria 507 melhoraram o fluxo financeiro, que isso ajudou bastante, os senhores colocaram que ainda há ineficiências na Caixa e se seria bom ou não colocar o Banco do Brasil junto nisso.

Eu acredito que nós estamos enfrentando aqui a mesma dificuldade que temos no PAC. Então, nós sabemos das dificuldades. O Brasil é um País gigantesco, e os senhores sabem isso melhor do que ninguém. Nós estamos trabalhando em alguns rumos, a começar pela lógica da Portaria 507: em vez de fazer medições mensais, nós vamos fazer três medições, porque custava mais caro fazer a fiscalização desses pequenos convênios do que o custo do convênio em si. Então, não tem sentido isso. Nós não estamos abrindo mão dos controles, mas, economicamente falando, é um equívoco fazer dessa maneira. Então, ao fazer três medições, o número de pessoas da Caixa que eu preciso também é menor. Com isso, eu posso remanejar os servidores ou os terceirizados da Caixa para fazerem as outras etapas que — estas, sim — precisam ser olhadas, porque são os projetos para assinatura dos contratos.



Além disso, também está havendo uma reestruturação na Caixa e uma divisão da Vice-Presidência de Governo, que, com o PAC, com o Brasil Sem Miséria, com todos os convênios que a Caixa assumiu e mais o Minha Casa, Minha Vida, ficou muito sobrecarregada. Então, nós estamos dividindo em duas Vice-Presidências: uma Vice-Presidência ficará só com a questão de habitação, com o Minha Casa, Minha Vida, que, por si só, mais do que justifica ter uma equipe tocando o programa de cima a baixo, da matriz aqui em Brasília até todas as superintendências regionais; e outra Vice-Presidência ficará com o PAC, com os convênios em geral com os Municípios e os de emenda. Com isso, nós acreditamos que, se não resolvermos todos os problemas, estaremos avançando para minorá-los.

Além disso, há uma série de simplificações de procedimentos e de exigências desnecessárias. Digo de novo: sem perder o controle do uso do recurso público, nós estamos simplificando, porque são exigências desnecessárias.

Mas queria dizer aos senhores que, por causa do PAC, eu brinco ao dizer que faço o que chamo de acareação. É muito comum eu fazer acareação entre as áreas para ver por que uma coisa está parada, por que isso aconteceu, de quem é a responsabilidade e tal. Como eu tenho essa tarefa desde o Governo do Presidente Lula, ainda lá na Presidência da República, nas obras prioritárias, nas metas prioritárias, passando depois pelo PAC e continuando agora no Planejamento, eu aprendi que sempre há problemas dos dois lados. Pode até ser que tenha mais problemas na Caixa, mas eu queria pedir uma ajuda aos Srs. Parlamentares: que, além de fazerem a importante tarefa de indicar as emendas, de indicar em que áreas e para que Municípios, também nos ajudassem a ajudar os Municípios a preencherem os requisitos que são necessários, apontando ainda aqueles que sejam desnecessários, para nós mudarmos isso. Devemos ajudar também os Municípios, porque uma parte importante ainda está na dificuldade de eles apresentarem as informações, o plano de trabalho, que é simples, mas sobre o qual ainda têm dificuldades.

Então, acho que aqui nós temos que ter um pacto para que execução saia, para que as coisas funcionem da melhor maneira possível. E os senhores, que estão lá na ponta, têm uma capacidade importante para ajudar, continuando a apontar os



problemas, mas também ajudando os Municípios a resolverem aquilo que é da parte deles.

Deputado Cajado, já falei do orçamento impositivo, já falei do RAP, já falei da Caixa. Sobre Alcântara, nós temos no orçamento... O Deputado não está mais aqui.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O Deputado Cajado tinha uma urgência, mas pediu-me que ouvisse a resposta e depois a transmitisse.

(Não identificado) - Esse assunto de Alcântara interessa a todos nós.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Isso. Eu falarei aqui porque é curto. Nós temos, no Orçamento deste ano, 50 milhões de reais que já foram empenhados, pela informação que me chegou aqui, sendo que, quanto aos outros 150 milhões, já foi enviado um crédito ao Congresso. Portanto, depende da CMO a análise e aprovação, para que a gente dar os passos seguintes para equacionar os 200 milhões a que ele se referiu na sua intervenção.

Há uma última questão levantada pelo Deputado Cajado, de que medidas do Governo fossem como aumento de custeio. Primeiro, a redução da tarifa de energia é muito importante para a nossa economia. A energia é a base da produção, e ainda é crítica em alguns setores, como na área de alumínio, por exemplo, onde é o principal insumo. Portanto, estamos falando aqui de aumentar a nossa competitividade e estimular o investimento do setor privado no País.

Em relação à cesta básica, ela é uma importante medida, não só porque alavanca o consumo e a produção, mas porque combate o efeito regressivo dos nossos impostos, que acabam penalizando mais a população de baixa renda. Ao fazermos uma redução dos impostos incidentes sobre a cesta básica, nós estamos minorando esse efeito regressivo.

Em relação ao crédito, registro primeiro que os nossos percentuais de crédito em relação ao PIB ainda são bastante inferiores ao que se considera bastante seguro em todo o mundo. Eu acho que o Brasil tinha um problema seriíssimo, gigantesco de oferta de crédito, o que foi corrigido. Era uma falha da nossa economia que tem sido corrigida nos últimos anos.

Nós acreditamos, com bastante convicção, que essa tarefa de oferecer crédito ao País não deve ser restrita aos bancos públicos. Eu falei há pouco da dificuldade que o setor bancário privado tem de assumir esse papel, especialmente



em momentos de crise. E os senhores certamente acompanharam pela imprensa a reunião do Ministro Guido Mantega com os bancos privados, para montar uma espécie de consórcio em que o setor privado financeiro também entrasse no financiamento dos investimentos do País.

Nós acreditamos que é importante esse equilíbrio e estamos trabalhando nessa direção. Achamos que essa última rodada de conversas com o setor privado foi bastante produtiva e que vamos conseguir trabalhar, daqui para adiante, num maior equilíbrio entre a participação do setor público e a participação do setor privado.

Deputado Eduardo Azeredo, eles poderiam ter calculado o percentual para mim, mas me parece que ele é bastante superior ao que o senhor mencionou aqui. Eu tenho um dado geral, mas depois podemos trabalhar num dado mais detalhado, para enviar ao senhor. O dado global da Defesa que me é possível ter neste momento é de que ela, em 2012, empenhou 65,3 bilhões e pagou 58,6%. Então, me parece bastante superior ao que o senhor mencionou, aos 51% e 41%. Eu já estou pedindo à minha equipe um levantamento mais detalhado, para enviar ao senhor durante a próxima semana.

Em relação aos equipamentos, às ações ...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Ministra, só para...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - É que o meu dado aqui está excluindo pessoal. Realmente, os meus percentuais são de outros custeios e capital.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Está certo. Por isso é bom partirmos das mesmas bases.

Em relação à continuidade desse bom ritmo das ações estratégicas, eu acho que a gente resolve isso com a progressiva integração das ações de Defesa no PAC, terminando com blindado Guarani, Astros e Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON já em 2014.

Eu não sei quem esteve no desfile de 7 de Setembro. Eu estava lá e tive a oportunidade de ver o conjunto de equipamentos novinhos em folha que desfilaram, todos bonitinhos, pneuzinhos novinhos. A Defesa foi bastante beneficiada pelo PAC Equipamentos, que a Presidenta lançou no ano passado, de que um montante muito



significativo, a maior parte dos recursos foram para o Ministério, o que permitiu uma renovação importante da frota de veículos daquele órgão.

Em relação aos caças, o senhor trabalha na Comissão e sabe melhor do que eu a importância estratégica da decisão sobre qual tecnologia adotar. Aqui vários dos senhores se referiram, no que se refere à defesa cibernética, à importância do desenvolvimento local. Então, a nossa escolha certamente terá que considerar não só uma tecnologia de ponta, mas o que poderemos passar a desenvolver no Brasil em termos da tecnologia. Essa é uma definição estratégica que está na mesa da Presidenta da República, para ela decidir juntamente com o Ministro Celso Amorim.

Em relação à defesa cibernética, eu vou pedir permissão aos senhores para ler a nota que a Defesa soltou a respeito, porque, como ela é muito boa e clara, eu acho melhor lê-la aqui:

“O orçamento da ação de defesa cibernética foi definido pelo Ministério da Defesa antes das recentes denúncias sobre práticas ilegais de interceptação de dados de cidadãos e de autoridades do Governo brasileiro.

O Ministério da Defesa já iniciou uma série de medidas com o objetivo de reforçar os mecanismos de proteção das redes de dados dos órgãos militares e civis que compõem a defesa nacional. As medidas a serem propostas deverão demandar mais recursos para o setor, que serão submetidos à consideração da equipe econômica do Governo.

O montante previsto no Projeto de Lei Orçamentária de 2014 refere-se apenas ao orçamento para o Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro. Não contempla, portanto, outros valores que os comandos das Forças Armadas investem em ações de proteção de suas redes e sistemas informatizados, e nem os investimentos que outros órgãos e entidades governamentais fazem com o mesmo propósito.



O fato de ter havido empenho de apenas parte do valor previsto não significa que os recursos não serão desembolsados. O orçamento da área cibernética segue histórico de execução que registra uma concentração de empenho dos recursos no segundo semestre do ano. Há projetos e contratações em curso este ano que permitem a execução integral do montante previsto na Lei Orçamentária.

O Centro de Defesa Cibernética precisa evoluir, criar capacidades e uma escola de defesa cibernética. Precisamos desenvolver tecnologia brasileira. Isso leva tempo, demanda investimentos, formação de pessoal e mudança de cultura. O orçamento do Centro para 2013 é de 90 milhões. Os outros países, com exceção dos Estados Unidos, não gastam muito mais do que esse montante. Talvez a Marinha (...)

Aqui estão os outros gastos na área da Marinha, da Aeronáutica e também da ABIN, em criptografia.

Eu queria, apesar de já estar na nota, reforçar a importância, que também foi já ressaltada aqui, do desenvolvimento no Brasil, essa ideia de que uma decisão a curto prazo não resolve, porque é comprar pacote pronto. É necessário desenvolvimento, e isso, como todos sabem aqui, leva tempo.

Lembro que foi citada aqui pelo Senador Inácio Arruda a questão do ITA, para o qual nossa Presidenta determinou fosse dada uma grande autorização para novos concursos e também para aumento de vagas, para termos mais formandos nessa área e para avançarmos no desenvolvimento dessa área estratégica.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ministra, a senhora me permite só um segundinho? Peço também para o Senador Inácio Arruda. Há uma coisa que também pode nos trazer muito orgulho: o Exército acaba de lançar a pedra fundamental de um polo tecnológico na área de Guaratiba, no Rio de Janeiro, onde já existe o Centro Tecnológico do Exército. Ele e vai transferir todas as instalações do Instituto Militar de Engenharia para aquela área, ampliando inclusive a



capacidade de formação e de desenvolvimento de pesquisa, atraindo também empresas. Ou seja, ele fará um complexo semelhante ao do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, o que pode também possibilitar que a gente trilhe um caminho muito positivo nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por não ser no Ceará, o Senador Inácio já se irritou. *(Risos.)*

Com a palavra a Ministra Miriam.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Mas eu vou aproveitar que a Assessoria do Exército está aqui presente e vou fazer gestões para abriremos um braço no Ceará. *(Risos.)*

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Em relação ao Deputado Nelson Pellegrino, acho que há duas questões. Primeiramente, em relação ao contingenciamento da aquisição de veículos, ele falou para abriremos uma exceção na portaria. A portaria já prevê que os Ministérios podem apresentar suas justificativas, e que o Planejamento, analisando, poderá fazer ou não essa liberação. Então, em princípio, a portaria que fez essas restrições já prevê isso.

Além disso, em relação às questões que, acho, foram levantadas pelo próprio Deputado Eduardo Azeredo e também pelo Presidente da Comissão, quanto aos contingenciamentos, nós estamos fazendo uma rodada agora, nesta altura do ano, com todos os Ministérios, para identificar os principais problemas e ver aqueles que são passíveis de serem resolvidos ainda este ano.

O Senador Inácio Arruda fala do DNOCS. Eu sei que o Ministério da Integração está fazendo uma proposta de reestruturação. Um dos Deputados deixou um bilhete aqui dizendo que já chegou ao Ministério do Planejamento. Ainda não passou na minha mão, certamente já deve ter ido direto à Secretaria responsável pela análise. Mas, independentemente da tramitação dessa proposta, parece-me ser importante, depois da recriação da SUDAM e da SUDENE, que foi feita no mandato do Presidente Lula, que nós façamos uma discussão sobre as instituições regionais. Eu lido um pouco com uma parte dessas instituições, por causa das obras do PAC, e tenho impressão de haver certa superposição — eu não acho que se tenha que extinguir coisas, não; acho que são importantes — entre a CODEVASF e o DNOCS. Acho que este é um debate que precisávamos fazer: como otimizar a utilização



dessas estruturas para as atividades especialmente de garantia hídrica lá no Nordeste.

Eu fiz um compromisso com os Deputados e Senadores o ano passado para não mexer no Anexo V do Orçamento, que tem a questão de pessoal. Eu me comprometeria a chamar um pouco a mais a Defensoria. Eu acho que, com a última chamada de setembro, já cumpri esse compromisso. Eu vou olhar isso com a minha equipe para ver o que aconteceu. Isso é além do meu compromisso? *(Pausa.)* Ah! É além do compromisso. Está bom. Então, meu compromisso está cumprido. Então, está bom. Eu só fiquei preocupada que o meu compromisso ainda não tivesse sido cumprido. Então, se ele já foi cumprido, eu vou ver qual é a situação e analisá-la com carinho.

A última questão, do Senador Inácio Arruda, refere-se às obras de garantia hídrica no Nordeste. O senhor conhece bem, acompanha com atenção as ações do Governo, especialmente as ações relativas à garantia hídrica. No PAC nós já tínhamos uma carteira grande de obras estruturantes, se não em todos, praticamente na maioria dos Estados do Nordeste. Eu queria citar, além do São Francisco e do Cinturão das Águas, no Ceará, o Canal do Sertão Alagoano, que eu tive oportunidade de visitar na última sexta-feira, com 65 quilômetros prontos e outros 65 quilômetros em obras — sobrevoamos a área e depois andamos na obra. Já conseguimos ver, na área mais próxima do canal, um grande número de pequenas propriedades já usando a irrigação simplificada, com resultados. Para quem conhece o assunto, em 7 meses, um pé de cana está com 3 metros de altura, que é, segundo me disseram os especialistas, muito além de qualquer produtividade. Estava lá o Vice-Governador de Alagoas, Thomaz Nonô, e disse: *“Acho que eu vou vir plantar aqui.”* Tirou a palha da cana e mostrou: *“Está vendo essa regularidade entre os gomos? Isso significa que a água está sendo fornecida permanentemente para a planta, o que melhora muito a qualidade.”* Ele, que planta em outros lugares... Além disso, há a Vertente Litorânea, na Paraíba; o Pajeú; o Canal do Agreste, em Pernambuco. Ou seja, todos são investimentos estratégicos para garantia de água para o Semiárido.

Além disso, em função dessa terrível seca que se abate sobre o Nordeste, a Presidenta Dilma fez uma seleção de quase 3 bilhões de reais para os vários



Estados. Uma das intervenções que foi selecionada foi essa exatamente a que o senhor se referiu, que ao mesmo tempo garante água para o período de seca e se transforma numa prevenção importante para as inundações lá em Teresina. Ela foi selecionada nesse período. O Ceará também tem um número grande de obras.

Então, hoje nós temos uma carteira, a maior parte dela a cargo dos Governadores, importante para continuar esse trabalho estruturante que começou a ser feito com o PAC 1 e que continua com o PAC 2. Agora temos essa nova carteira de projetos para construir. Falo não só dessa rede estruturante, desses grandes canais em cada um dos Estados, mas dos dedos desses braços — os canais são os dedos — para levar essa água a quem mais precisa. Então, está anotado aqui. Quem sabe num próximo momento possamos incorporar essas obras?

Acho que passei pela maior parte dos pontos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra.

Eu gostaria apenas de fazer um registro. Nós tivemos presentes, hoje, nesta Comissão, Ministra, 40 Deputados e 8 Senadores da República, uma presença maciça dos nobres Parlamentares.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Lourival.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, provavelmente nós teremos uma votação agora. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou declinar aqui, agora, qual é a ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Eu queria pedir a V.Exa., com a aquiescência de todos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em primeiro lugar, Deputado Carlos Zarattini; em segundo lugar, Deputado Leonardo Quintão; em terceiro lugar, Deputado Júlio Cesar; em quarto lugar, Deputada Perpétua Almeida; e, finalmente, o Deputado Lourival Mendes. É um bloco de cinco Deputados. Atendo-se aos 5 minutos, conseguimos finalizar isso de forma bem rápida.

Portanto, eu passo a palavra agora ao Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.



Queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Ministra Miriam Belchior e também cumprimentar o Governo por essa decisão de incluir no PAC os principais projetos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Eu acho que nós ainda vamos ter no PAC, na medida em que estiverem mais maduros, os projetos do satélite, ou de defesa antiaérea — de que nós já estamos terminando a licitação —, os de defesa cibernética e os da compra dos caças.

Nesse aspecto, eu queria também colocar aqui a minha posição. Eu acho que nós não podemos mais adiar essa decisão, haja vista que nossa defesa através de aviões está extremamente fragilizada. Então, a compra dos caças também não vai ser entregue amanhã. Se forem comprados hoje, não serão entregues amanhã, demora certo tempo a entrega, até mesmo porque nós queremos a transferência de tecnologia. Então, o tempo necessário é de pelo menos 4 anos.

Todas as empresas ofertantes e os países ofertantes garantem um financiamento com carência. Ou seja, muito provavelmente nós não vamos ter essa despesa em breve tempo. Teremos um espaço de tempo, porque o País vai ter que pagar essa dívida mais à frente.

Então, isso me parece urgente — eu queria transmitir a V.Exa. a minha opinião, e que fosse transmitida ao Governo —, porque essa não é só a minha opinião, mas a opinião majoritária na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Então, acho importante tratar disso.

Outra questão que me parece também importante e que eu gostaria de ressaltar é que o Governo tomou uma decisão que teve um aspecto importante pelo seguinte fato: a criação da AMAZUL foi a criação de uma empresa capaz de reter os quadros técnicos que absorvem a tecnologia, a tecnologia que nos está sendo transferida.

Eu acho que nós deveríamos desenvolver outras empresas do mesmo naipe, do mesmo tipo da AMAZUL, para as outras Forças, para que efetivamente nós possamos absorver essa tecnologia e ter essa tecnologia sob controle com esses quadros, porque a transferência de tecnologia pode ser através do papel, mas é fundamentalmente através das cabeças. Nós precisamos reter esses quadros e garantir que esses quadros permaneçam no Brasil, e permaneçam incorporados à política de defesa nacional.



Então, gostaria também de que esse modelo da AMAZUL fosse considerado pelo Governo até para replicar em outros setores.

Outra questão que gostaria de colocar é em relação ao custeio. O custeio, na questão da defesa, é uma questão importante. É muito difícil reduzir o custeio, haja vista que ele é composto basicamente de material e de salários, soldos. Então, reduzir os salários é impossível; ao contrário, nós devemos ampliá-los, melhorá-los. No caso do material, é muito difícil termos todo um contingente das Forças Armadas que não pode dar um tiro porque não tem bala. Não adianta termos o submarino se nós não temos torpedo para testar, para fazer, enfim, o treinamento. Então, parece-me importante que se leve em conta também que o custeio, na questão da defesa, é uma questão decisiva.

Por fim, eu gostaria de deixar uma sugestão que está no âmbito também do seu Ministério, não diretamente, mas acredito que indiretamente: as nossas Forças Armadas detêm inúmeros imóveis nas mais variadas cidades do Brasil — e cada um de nós aqui pode citar exemplo —, imóveis que já não têm importância operacional para a Defesa, mas que poderiam constituir um fundo imobiliário que permitisse uma sustentação do orçamento da Defesa (uma parte, evidentemente; não tudo). Mas eu acho que poderíamos adotar essa perspectiva de trabalhar esse fundo imobiliário, de garantir que esses imóveis não operacionais tivessem um aproveitamento melhor para o País, qual seja, financiar aquilo que interessa. Não adianta mais eu ter um imenso quartel no centro da cidade do Rio de Janeiro ou no centro de São Paulo, se hoje o fundamental é ter a defesa cibernética, é ter as baterias antiaéreas. É disso que se trata, e me parece que nós temos que adotar o que é uma modernidade e superar aquilo que é um modelo anterior, que já, hoje, não corresponde às necessidades.

Então, eu gostaria de deixar aqui essas perguntas, essas sugestões. Infelizmente eu vou ter que sair, porque eu já estou muito atrasado para outro compromisso, mas eu acho que é importante debatermos esse assunto, que está muito afeito também a seu Ministério, assim como ao Ministério da Defesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.



Passo a palavra agora ao Relator do projeto do marco relatório da mineração, Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Muito obrigado, Presidente Lobão Filho. Eu quero agradecer muito o apoio que estou tendo do Ministério de Minas Energia na tramitação deste projeto aqui na Câmara. Então, para tanto, eu quero que V.Exa. transmita ao nosso Ministro, seu pai, esta gratidão, que está acompanhando em todas as audiências públicas.

Nós iremos a 20 Estados. Sexta-feira passada eu estive no Estado do Maranhão — quero agradecer muita a recepção que tive lá —, para discutir o setor mineral no Estado e também a situação das comunidades impactadas pela linha férrea que transporta todo o minério que vem de Carajás e que é embarcado praticamente na sua totalidade do Porto do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís.

Ministra, eu quero agradecer a V.Exa. e a sua equipe também, que na semana que vem nós teremos uma reunião de trabalho pertinente a essa documentação que eu entreguei a V.Exa. Diz respeito ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), que hoje, Ministra, é o órgão, sem sombra de dúvida, que tem o menor orçamento na União, não devido à sua importância, mas devido realmente ao tamanho do órgão. Sobre a importância hoje da mineração, eu posso dizer que é o pilar, junto com agricultura, que sustenta a balança comercial do País.

Quero cumprimentar o Relator Miguel Corrêa Júnior, que é de Minas Gerais e que é um defensor também do setor mineral no nosso Estado.

Se V.Exa. puder acompanhar comigo, muito brevemente, dentro dos 5 minutos, Ministra, na segunda página, nós temos um encaminhamento que eu quero fazer a V.Exa.

No contingenciamento do Orçamento do DNPM, houve um corte ínfimo, se comparado ao de outros órgãos, mas extremamente vital para a sobrevivência do Departamento. Houve um contingenciamento de 8 milhões e 200 mil reais, e, já no orçamento atual, Senador Lobão Filho, nós temos um déficit de 11 milhões e 500 mil reais para concluir o pagamento dos funcionários e dos contratos em andamento do DNPM. Com esse contingenciamento, o Departamento teve que demitir, no mês de



agosto, todos os terceirizados. Quem são os terceirizados? O serviço de segurança não existe mais; o serviço de motorista não existe mais; não há dinheiro hoje no Departamento para comprar gasolina; não há dinheiro hoje no Departamento para pagar a Imprensa Nacional. Para V.Exas. da Comissão terem uma ideia, hoje as publicações do Departamento não serão mais feitas, porque o Departamento deve à Imprensa Nacional 7 milhões e 100 mil reais. A Imprensa falou que não vai publicar mais porque não recebe pagamento, e o Departamento não tem como pagar.

Então o que representa isso para o Brasil? Hoje o DNPM não tem condições de fazer uma vistoria, não tem condições de fazer uma fiscalização. Desde o mês de agosto não tem gasolina para fiscalizar as jazidas em produção. Consequência desse corte, Ministra: aqui no gráfico da primeira página, do ano de 2013, a arrecadação do DNPM, em taxas e as CFEMs, seria de 2 bilhões e 300 milhões de reais, e as estatísticas projetadas pelo Departamento dos últimos 3 anos bateram a meta de arrecadação prevista. Então eu digo a V.Exa. que essa previsão está dentro de um trabalho que já vem cumprindo as metas desde 2011, Senador Lobão. Então nós iremos perder, se não recompormos o orçamento do DNPM.

Hoje nós temos os servidores lá unicamente recebendo salários. Não há dinheiro para comprar papel, não há dinheiro para comprar caneta. A superintendência do Rio Grande do Sul, há 8 meses, não tem dinheiro para consertar o elevador. Então quem quiser ir ao DNPM do Rio Grande do Sul tem que subir andares de escada para ser atendido.

A União vai perder em arrecadação algo em torno de 500 milhões de reais. Então, a conta é muito simples. Eu estou pedindo a V.Exa., Ministra, que ajude o Governo Federal a arrecadar recursos. Eu estou pedindo a V.Exa. que ajude o Estado de Minas Gerais, que é o meu Estado, porque, se lá nós não tivermos condições de ter gasolina... E lá nós temos hoje pequenos empresários que chegam ao DNPM pedindo, pelo amor de Deus, ao técnico que entre em um carro da empresa para fazer fiscalização, e não pode fazer isso.

Então, gente, em que Brasil, em que mundo eu estou, se eu estou aqui precisando de uma fiscalização para me autorizar a fazer a minha pesquisa para gerar mil empregos, e o órgão não tem gasolina para botar no carro?



Outro dia, Minas Gerais conseguiu comprar gasolina. Aí, quando foram botar gasolina no carro, não havia motorista para levar o carro para abastecer. E, quando havia o motorista para abastecer o carro, não havia carro, porque o pneu estava furado. Então nós estamos num ciclo, Ministra, que está prejudicando o País.

Eu não estou falando, Senador Lobão, de um setor pequeno. É um setor que hoje tem um superávit na balança comercial de 50 bilhões de reais. Nós estamos aqui no Congresso discutindo uma nova lei, Ministra, e nós não podemos criar uma agência fantasma. É o clamor que faço a V.Exa. É uma calamidade pública o atual Departamento, e nós vamos criar uma agência fantasma, sem orçamento.

Então eu peço a V.Exa., Ministra, que realmente possamos ter uma reunião de trabalho no Ministério na semana que vem. E eu quero convocar V.Exa., Senador Lobão, para debatermos isso com representantes no Ministério. O seu Estado depende disso, o Estado do Maranhão depende muito disso, porque nós não podemos concluir o ano assim.

Isso aqui realmente, para mim, é frustrante. Eu acho que, para o Brasil, é lamentável nós continuarmos com o Departamento do jeito que está. Peço a V.Exa., Ministra, que nos ajude a incluir a futura Agência no PAC, a mesma coisa que foi feito com a CPRM. Hoje a CPRM tem um orçamento de 450 milhões de reais, um órgão de extrema importância para o País. E eu quero comparar o DNPM e a futura Agência no mesmo nível, para nós a desenvolvermos.

Se nós tivéssemos hoje um orçamento mínimo para funcionamento — o valor que está na próxima página —, de 124 milhões de reais... Hoje nós temos no DNPM mais de 7 mil processos esperando uma fiscalização para produzir no País, esperando fiscalização para fazer a sua pesquisa de lavra. A expectativa hoje é de que estejam parados no País 70 bilhões de reais de investimentos, que já poderiam estar em execução, porque há 2 anos foi tomada uma posição do Governo Federal — de que eu discordo — de proibir a liberação de alvarás de pesquisa. Isso foi há 2 anos. Então o Brasil perdeu credibilidade no mercado internacional, porque os investidores saíram daqui e foram para o Canadá, foram para a Austrália, porque o Brasil falou que não poderia publicar esses alvarás e que, nos próximos 2 anos, iria enviar o projeto do marco regulatório para o Congresso, para ser votado. Proibiu de publicar os alvarás, e esse dinheiro foi para outros países.



Então, Ministra, eu peço aqui, encarecidamente, que V.Exa., junto com sua equipe, possa estudar junto conosco essa questão de interesse nacional para o País, para gerar emprego, gerar arrecadação. O meu Estado de Minas Gerais, se nós não recuperarmos esse orçamento, vai perder, Deputado Miguel, 200 milhões de reais de arrecadação. Parte desse dinheiro é repassada aos Estados. Os Municípios mineradores de Minas Gerais vão perder outros 200 milhões de reais, pelo repasse que é feito e pela produção que não é feita.

Então, o que eu peço a V.Exa. não é nem a ajuda, é fazer uma conta juntos: dê-me 20 milhões de reais, que eu dou 500 milhões de reais a V.Exa. Eu acho que ninguém aqui pediu e está oferecendo isso, porque senão nós não poderemos aprovar a lei aqui no Congresso de criar uma agência fantasma, Ministra.

V.Exa. é bem-vinda aqui sempre. Por favor, resolva essa situação de calamidade pública da mineração brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão, que, com muita propriedade, defende um dos setores mais importantes da economia brasileira e que, potencialmente, pode vir a ser um dos grandes sustentáculos da nossa economia, do nosso progresso, do nosso crescimento. Estou cem por cento à disposição de V.Exa. para irmos, juntos, à equipe da Ministra Miriam para podermos defender a tese dessa verba suplementar de 20 milhões de reais, que nada significam perto da perda que poderemos ter em arrecadação do CFEM e das taxas do DNPM. Muito obrigado.

Tenho agora o prazer de passar a palavra ao nosso arquivo ambulante, o Deputado Júlio Cesar — até o nome é nobre.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - É brincadeira, Ministra, desse amigo que é lá do Maranhão, vizinho do Piauí.

Sra. Ministra, eu já respondi a várias pesquisas de avaliação dos Ministérios do Governo. Entre os que avaliei como um dos melhores, o de V.Exa. está dentro. Eu acho V.Exa. muito competente e acho que V.Exa. administra um problema muito sério no Brasil: o Orçamento. É um lençol curto para uma dimensão de problemas imensuráveis.



Veja bem, do Orçamento, de 2 trilhões e 360 bilhões de reais, o Orçamento Fiscal é praticamente a metade, 1 bilhão e 298 milhões de reais. Quanto ao problema da saúde, a meta do Governo aqui é chegar a 10% do Orçamento Fiscal ou da Receita Corrente Líquida. Eu não sei, tenho as minhas dúvidas. Se for assim, vai dar 129 bilhões de reais, e só estão previstos 100 milhões de reais. Com respeito à educação, querem chegar a 10% do PIB. Àqueles que defendem eu peço que façam conta de quanto é o PIB. São mais de 500 bilhões de reais. No ano que vem, vão ser 524 bilhões de reais, que são 10%. Nós chegamos a 6%; faltam 4%. No público e no privado, 6%, com mais 4%, serão 200 e tantos bilhões de reais. De onde vem esse dinheiro se o próprio Orçamento Fiscal investe apenas 63 bilhões de reais? São as contas do Governo. E são as contas que se pretende fazer nesta Casa para resolver o problema do Brasil.

O que eu vejo aqui, Ministra? É um país de privilégios, de renúncias, onde o privilégio é perpetuado pelo poder econômico e pela força do poder político. E vou citar três privilégios, somente três. O primeiro é esse injusto critério de distribuição dos *royalties*. O segundo é esse fundo constitucional de Brasília, que, se somado com o Ministério Público e o Poder Judiciário, só este ano, chega a 13 bilhões de reais, numa unidade federada que tem bicompetência tributária, tem menos de 3 milhões de habitantes e cujo orçamento este ano é de 34 bilhões de reais, duas vezes o orçamento do Estado do Maranhão, do nosso Presidente, que tem mais que o dobro da população do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E do Ceará também

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E do Ceará também.

Então, eu vejo aqui: renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus. Ministra, eu não conheço uma coisa mais injusta. Eu não tenho nada contra Manaus. Acho que preservar a Amazônia, que só tem 2% lá, tudo isso justifica. Mas eu fui fazer uma conta, e, só de 2006 para cá, atualizando pelo IPCA, deu 150 bilhões de reais. Estou atualizando desde 1967, por aquele decreto-lei que criou a Zona Franca. Eu acho que vai chegar perto de 1 trilhão de reais. Muito bem, sabe quanto era, em 2010, a Zona Franca de Manaus? Quinze bilhões de reais. No ano passado, Ministra, 22,6 bilhões de reais; em 2014, 28 bilhões de reais, Ministra, em 2014, 28 bilhões de reais mais uma fração. Eu estou com o orçamento aqui na mão. Todos os números



que eu estou citando para V.Exa. eu tenho. Se tiver alguma dúvida, estão aqui. São 28 bilhões de reais.

Além do mais, há a desoneração da folha: 24 bilhões de reais. É importante para segurar o emprego, eu votei a favor, mas eu estou com um projeto e uma ideia para desonerar a folha dos Municípios pelo mesmo critério que foi usado com as empresas: desonerar os 22% da folha e cobrar 1% ou 2%, conforme o caso, da receita. No Município, o faturamento é a receita. Nas empresas, é o faturamento, é o que ela vende. E fui fazer as contas, tirando as capitais. Eu pedi à Receita hoje esse levantamento. Se tirarmos as capitais, Ministra, dá exatamente empate. Vai dar empate. Além do mais, nós temos 5.570 Municípios, Ministra, e aproximadamente mil já têm previdência própria. Se excluirmos isso, a Receita vai ganhar, porque a conta... O que tem de Prefeito renunciando no meu Estado, e com vontade de renunciar, porque não aguenta a pressão, principalmente do INSS... Está cheio. E é lá, é na Paraíba, é aqui no Ceará, é lá na Bahia. Na Bahia, há mais de duzentos Prefeitos que ultrapassaram o limite da Lei de Responsabilidade, pela transferência permanente de encargos, principalmente com salário mínimo...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Cinco renunciaram, e um se suicidou.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Ah! Já tem gente morrendo, ele está dizendo. No meu Piauí, ainda não morreu, não.

Então, Ministra, é uma coisa que V.Exa. poderia ver, é uma sugestão. Então, desonerar a folha, muito bem.

Quanto à capitalização do BNDES, o BNDES foi capitalizado, e, de 2008 para cá, foram trezentos e tantos bilhões de reais. Desses trezentos e tantos bilhões de reais, Ministra, todo captado na taxa SELIC, em mercado, porque o Governo não tem dinheiro, e emprestado com o subsídio do Tesouro, que, só este ano, são 12 bilhões, são 12 bilhões...

Eram esses, portanto, os questionamentos, Ministra. Às vezes, eu fico perguntando o que o Nordeste fez com o Brasil. Olhe, há 74 anos, quando, pela primeira vez, aferiu-se a renda *per capita* no nosso País, a do Nordeste era 47%. Hoje é 47%. E tem ano em que sobe mais do que a média brasileira. Aí, vem uma seca, anula a do ano anterior. E mais: como é região pobre, a natalidade é maior do que nas regiões ricas. Então, quando se verifica a *per capita*, sempre fica baixa.



Então, são esses privilégios, são essas coisas que acontecem no Brasil. Eu sei que a Presidente Dilma é muito bem intencionada com o Nordeste. Eu vi agora, V.Exa. falou agora na transposição do rio. Ontem eu tive uma reunião com o Ministro Fernando Bezerra. São quatro setores: um com vazão de 29 metros cúbicos por segundo; outro de 28 metros cúbicos por segundo; mais um, de 99 metros cúbicos por segundo; e o do Piauí, cujo edital para o estudo de viabilidade ele lançou, ontem, de 30 metros cúbicos por segundo. O total é de 188 metros cúbicos por segundo. O rio, que tinha 1.300 metros cúbicos por segundo neste ano, segundo estudo da CHESF que eu tenho, baixou para mil metros cúbicos por segundo, ou seja, perdeu 30% da sua vazão. E mais: a autorização dada pela ANA é somente de 28 metros cúbicos por segundo, mas estão lançando projetos e mais projetos.

É com essas coisas que eu me preocupo neste País, também com os privilégios do Orçamento.

Eu queria que a senhora verificasse o total do Orçamento por Estado — eu tenho aqui, mas não vou falar, porque meu tempo já está se esgotando —, para a senhora ver a dimensão dos privilégios que têm determinados Estados, em detrimento de outros.

Como a senhora é a mulher do Planejamento, muito competente, conhece o Brasil e quer fazer o melhor, veja o Nordeste, mas não o Nordeste do Bolsa Família, que é importante, mas o Nordeste também do investimento, que possa ultrapassar, inclusive, as outras regiões. Só poderemos atacar as desigualdades se consideramos os desiguais desigualmente, privilegiando os mais pobres, o que não acontece com o Nordeste, não acontece com o meu Piauí.

Piauí, Alagoas, Paraíba e Maranhão são os Estados mais sacrificados historicamente em IDH, em renda *per capita*, em investimento, em tudo. O Piauí, em termos de renda *per capita*, é o “campeão”, o 27º da Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Muito obrigada, Sr. Presidente.



Ministra querida, continuamos resistindo, nós e V.Exa. Acho até que este formato é muito ruim, porque ninguém se policia, para cuidar do seu horário, e, depois, V.Exa. acaba no desespero, para responder a todos.

Eu só queria chamar a atenção para isto, Ministra. Eu vou me concentrar na defesa, até porque era este o debate que estávamos fazendo na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Na minha visão, o Brasil é um País emergente e está em um dos melhores momentos da sua história e das suas relações internacionais, reivindicando uma cadeira na ONU; recentemente, ou há algum tempo, foi vítima de espionagem; mas acho que o nosso investimento na área da Defesa ainda está muito distante do que precisamos. Costumamos dizer, e o próprio Ministro da Defesa tem dito isto, que não é pelo fato de sermos um País pacífico, que não iremos investir em Defesa. Se dermos uma olhada nos BRICS, o Brasil é o País que menos investe em Defesa. Se olharmos as 20 maiores economias do mundo, o Brasil só investe mais do que duas delas.

Eu acredito que, ao que estamos nos propondo, precisamos avançar mais na discussão sobre a Defesa nacional. Para mim, está claro, e a Presidenta Dilma tem dito isto: investir em defesa é investir na independência do País, na sua autonomia; é investir na sua liberdade, na sua soberania; é investir em pesquisa, em inovação, em ciência e em educação; e, principalmente, na geração de emprego, com transferência de tecnologia.

Quando fazemos o debate nesta Casa sobre a transferência de recursos do pré-sal para a saúde e para a educação, acho superimportante, mas nós estamos tirando recursos da Defesa. Para mim, foi inadmissível tirar os recursos do petróleo da Marinha do Brasil. Qual foi a compensação que fizemos? Nenhuma, nesse sentido. Quando tiramos recursos da Marinha, por exemplo, deixamos de fazer investimentos maiores na educação, na transferência de tecnologia, na inovação, na geração de emprego, na ciência e na pesquisa, porque é isso que a defesa representa hoje.

Acho, Ministra, que precisávamos fazer uma discussão um pouco mais aprofundada sobre o Orçamento. Em face do tamanho do Brasil, sua exigência com defesa, a necessidade de um investimento maior nessa área — tendo como parâmetro os BRICS e as 20 maiores economias do mundo —, acho que



precisamos pautar melhor o cenário internacional e acho que devemos buscar outras fontes de recursos para Defesa. Eu sei que o bolo é pequeno para tantos, diante de tanta necessidade. Então, nós temos que buscar alternativas. Eu ando atrás de adeptos. Estava falando com Leonardo Quintão, o Relator do projeto dos *royalties*, sobre isso. Eu apresentei uma emenda que destina um percentual dos lucros dos *royalties* da mineração para a Defesa, até para compensar o que se perdeu com os recursos da Marinha e do petróleo, mas também porque acredito que devemos ter outras fontes de financiamento da Defesa.

Apresentamos outro projeto, também como emenda, aquelas que chamamos de “emendas jabuti” às medidas provisórias, mas que achamos importante, no sentido de que o patrimônio tecnológico das pequenas empresas seja válido como patrimônio nos financiamentos bancários e na própria FINEP. Eu acredito, e hoje estou convencida disto, que um produto nacional, hoje, na área da Defesa, é um investimento na Defesa. As pequenas empresas hoje não conseguem financiamentos bancários, nem da própria FINEP, porque lhes é exigido um patrimônio material, quando elas só têm um patrimônio tecnológico. Eu acho que, se começarmos a mudar as práticas, a mudar a nossa visão na questão da Defesa, nós encontraremos alternativas para isso.

Era isso, Ministra. Não quero me alongar, para que possamos terminar a nossa audiência com o mínimo necessário de Parlamentares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Perpétua Almeida.

Concedo a palavra ao Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, Sra. Ministra, queria aproveitar a oportunidade — este é um momento importante, porque é muito difícil termos uma Ministra conosco — para externar nossos agradecimentos à Ministra por sua explanação, feita com muita competência.

Nós somos da base de sustentação do Governo, apoiamos as ações do Governo, mas temos algumas dificuldades. As nossas dificuldades passam, justamente, pelas pesquisas das ruas, que elencam as prioridades da sociedade brasileira: saúde, educação, segurança pública. Se nós pegarmos os resultados das



últimas pesquisas, vamos observar que a segurança pública disputa em pé de igualdade com as outras áreas, às vezes passando para o primeiro lugar.

Quando nos debruçamos sobre o Orçamento da União, vemos que a prática do Governo na área da segurança pública deixa muito a desejar.

Eu queria, portanto, fazer um apelo a V.Exa., um apelo à Presidenta Dilma, que, diga-se de passagem, foi vítima e continua sendo vítima da violência não só neste País, mas agora no mundo, nos idos da ditadura. Hoje nós vivemos sob a égide de uma nova Constituição, denominada Constituição Cidadã, em que a prioridade maior é a vida, a liberdade, a saúde, a educação do nosso povo. Mas essa vida e essa liberdade estão sendo deixadas à margem, pelas políticas públicas dos últimos governos no Brasil. Parece até um paradoxo, porque os três últimos governos presidenciais neste País foram vítimas de um sistema de segurança pública despreparado, um sistema de segurança pública de Governo. E nós precisamos mudar essa ótica.

Eu sempre digo que o mal se paga com o bem, para mudar a realidade. Infelizmente, nós temos observado que os investimentos na área da segurança pública, Ministra, em vez de crescerem, têm diminuído, como agora, para 2014. Nós temos hoje uma saúde que — já vislumbramos em cores vivas — é a saída para o Brasil; a educação, que é fundamental. Se o Brasil tivesse educação de base, talvez não estivéssemos passando por toda esta situação que vivemos hoje. Nosso problema educacional é sério, vem de berço, de geração em geração. Mas nós precisamos mudar esta realidade. E nós não mudaremos essa realidade, Ministra, se não houver investimento na segurança pública. A segurança pública tem que ser prioridade para o Governo. Foram 76 bilhões para a saúde. Ela precisa de mais recursos? Precisa. Foram 34 bilhões de reais para a educação. Ela precisa de mais recursos? É claro! O déficit é muito grande. Mas a segurança pública é um algo que faz sobressaltar os olhos, em cores vivas.

Há falta de políticas públicas no nosso Governo, e nós precisamos mudar isso. Ainda há tempo de a Presidenta mudar o rumo da nossa história na área da segurança pública, principalmente ela, que foi vítima deste sistema, de um aparelho despreparado de Governo que estamos tendo no Brasil. Ela também foi vítima. Nós precisamos sair da política de Governo e entrar na política de Estado. Aí entra a



nossa Defesa interna, Perpétua Almeida. Nós não temos um satélite de comunicação no Brasil. Isso é um absurdo! É lamentável, é triste, é até bisonha essa situação, diante da imensidão das nossas fronteiras. É o contrabando, o descaminho, o tráfico de armas, o tráfico de drogas, que tem destruído e impactado os sonhos das famílias brasileiras. A segurança pública e a segurança interna têm sido deixadas à margem. Nós precisamos investir na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, porque eles também vão ajudar a combater a criminalidade e a fortalecer o nosso País, para que outros países não mais o invadam nem violentem o nosso povo.

Portanto, nós queremos deixar registradas as nossas preocupações. E, como é a senhora que trata de todo o planejamento, dirige todas essas angústias da população, que o Governo ouça o clamor do povo, que prioriza a segurança pública.

Só para a senhora ter uma ideia, em 2013, todo o recurso que tivemos para a segurança foi de 3 bilhões e 47 mil. Para 2014, estão previstos 2 bilhões e 700. Ainda houve um decréscimo. O fato é que com 2 bilhões ou 3 bilhões, não há como fazermos segurança pública, eficiente e de boa qualidade, porque os Estados não suportam as injustiças que o Deputado Júlio Cesar, vizinho do Estado do Maranhão, no Piauí, mencionou. O Nordeste está sendo jogado à margem. Essa guerra fiscal tem prejudicado os Estados do Nordeste, principalmente o Estado do Maranhão e o Estado do Piauí.

Portanto, nós precisamos mudar o foco e a ótica do Governo Federal, no sentido de criarmos mecanismos para atendermos à segurança pública do Estado brasileiro. A Copa está vindo aí. Nós precisamos investir na capacitação, precisamos investir na qualificação e, acima de tudo, precisamos investir na valorização dos nossos profissionais. É por isso, Ministra, que continuamos a defender essa bandeira, porque entendemos hoje que essa é a prioridade da população brasileira.

Eu queria fazer este apelo a V.Exa., para que não continuemos a excluir os excluídos do Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival.

Finalmente, para concluir este bloco, passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Compreendendo a exaustão da reunião e o avançar da hora, parablenizo a Ministra. Nesta relatoria da LDO, temos trabalhado muito conjuntamente e vemos o esforço da Ministra e do Ministério do Planejamento em ter uma postura empreendedora, desenvolvimentista, que foge totalmente à realidade de um Brasil do passado, quando, até então, a grande maioria dos Ministros do Planejamento eram monetaristas e se preocupavam muito mais com a moeda do que com as pessoas e o crescimento econômico do País.

Eu tenho duas preocupações que vêm ao encontro do fato de não termos votado a LDO, o que pode criar exatamente uma contradição no que diz respeito à LOA com a LDO e à previsão orçamentária. Quase 90% das falas demonstraram uma preocupação muito grande com os Municípios e com os Estados, que foram os grandes devedores, porque o Governo Federal, com as desonerações, prejudicou muito o orçamento dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Existe uma declaração do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, com relação à retirada dos governos estaduais e municipais na participação do superávit primário. Ele retorna à exposição da LOA com 51,3 bilhões de reais, ou seja, 1% do PIB previsto. Isso vai criar uma contradição, Ministra, com o sentimento da Comissão de não prejudicar ainda mais a contabilidade fiscal e financeira dos Estados e Municípios, no que se refere exatamente a mais uma conta de corresponsabilidade nesta questão.

Outra incoerência também que a gente tem que buscar sanar é exatamente dentro dessa perspectiva do Mais Saúde, com o qual temos trabalhado conjuntamente. Eu sou um dos que admito a parte orçamentária do Orçamento Impositivo com relação a ajudar a contribuir, para que a gente consiga alavancar os recursos da saúde para o País, recursos tão necessários, como mencionados em todos os discursos, e prioritários em relação ao sofrimento do povo brasileiro.

Na evolução da PLOA 2013 para 2014, a variação de 5,7% está correlacionada ao valor nominal, e não ao valor percentual da correção do piso com relação à evolução do PIB, somada ao indicador econômico da evolução da inflação responsável pelo período.

Portanto, eu acho que são duas questões que precisamos aprimorar, até porque, numa outra tabela, a saúde também já está com valor diferenciado, com



relação à estimativa que está sendo calculada para o ano que vem, conforme a reunião que fizemos no Planejamento, elevando para 100 bilhões nesta tabela de prioridades de Governo e investimentos — diferentemente de 97 bilhões, em uma tabela, e 107 e pouco, na outra. Logo, nós temos que consertar isto aqui para termos uma segurança maior em relação a que metas nós vamos trabalhar para 2014, dentro desta política de recuperação do orçamento da saúde pública no País.

Aproveito o momento para parabenizar a Ministra, pela sua disposição, e esta Comissão, pelo debate que está sendo feito. Ao mesmo tempo, coloco estas duas preocupações que podem criar uma distorção entre a LDO e a LOA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Tenho o prazer de passar a palavra, finalmente, à nossa Ministra, para que ela possa responder às indagações feitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu encontrei. Na tabela seguinte: uma está 100,3... Desculpe-me, foi um engano meu: 99,3 bilhões, o que não garante a evolução. De 99,3 bilhões para 100,3 bilhões não dá o valor da atualização, em função da evolução do PIB e da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra a Ministra Miriam Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR- Então, vamos lá.

Queria começar com as várias questões referentes aos cortes. Como eu já falei aqui, nós vamos chamar os Ministérios para uma análise criteriosa. O Deputado Leonardo Quintão não está aqui, mas só gostaria de dizer que a Junta de Execução Orçamentária dá um limite ao Ministério de Minas e Energia, que, por sua vez, faz a distribuição entre os órgãos. Então, a primeira distribuição cabe ao Ministério. É muito comum eu receber alguns órgãos dos Ministérios dizendo: "*Não, meu Ministro não me dá limite*". Portanto, existe um primeiro esforço que precisa ser feito dentro do Ministério das Minas e Energia. A propósito, hoje, o Ministro Lobão me ligou para tratar do assunto que foi levantado pelo Deputado Leonardo Quintão.

A segunda questão, como disse o Deputado Danilo Forte, Relator da LDO, é que temos trabalhado junto para equacionar a questão e estamos esperando a votação da LDO exatamente para fechar a discussão do orçamento impositivo e a



questão do financiamento da saúde, para que não precisemos votar duas vezes a LDO. Para votar nos termos que ela está, preferimos atrasar mais um pouco, fazer as adaptações necessárias e ficar com uma versão definitiva.

Eu não vejo, Deputado, nenhum problema em relação ao que está sendo proposto em superávit para Estados e Municípios porque, como o senhor sabe, há a independência entre os Poderes e nós não podemos obrigar Estados e Municípios. A LDO não faz isso. Ela estabelece uma meta para Estados e Municípios cumprirem. Então, nada mudará em relação ao momento anterior, mas poderemos aprofundar isso na sequência. A diferença é que, no que se refere aos dados da saúde, 100 bilhões, em 2014, é a soma da aplicação constitucional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Questão de ordem, Ministra.

Se os Estados e os Municípios não pagarem essa parte no superávit primário, a União vai bancá-la?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Essa é a mudança que existe na LDO. A proposta do Governo é deixar isso de maneira flexível para que, em momentos em que o Brasil estiver bem e for possível fazer um superávit maior, o Brasil possa fazer um superávit maior. Em momentos de dificuldade, de turbulência, em que for necessária uma ação pró-cíclica, possamos fazer um superávit menor.

Como eu demonstrei aqui, a redução do nosso déficit nominal mostra que nós estamos, mesmo fazendo um patamar menor de superávit primário, reduzindo o nosso déficit nominal. Então, não precisamos fazer o mesmo patamar de superávit que era feito anteriormente.

Em relação à saúde, Deputado Danilo Forte, se o senhor considerar a linha Aplicação Constitucional, a regra está definida pela Lei Complementar nº 141. Além disso, nós aplicamos, como eu disse aqui, em farmácia popular, em saneamento da FUNASA, na Agência Nacional de Saúde. Então, existe uma segunda linha, que a gente chama de Adicional, que é para além da definição da Lei Complementar nº 141. Por isso, chega-se aos 100 bilhões. Portanto, a regra do PIB precisa ser aplicada apenas na primeira linha.

Tanto o Deputado Carlos Zarattini quanto a Deputada Perpétua...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, prepare-se para arranjar mais dinheiro porque a turma não vai aceitar só isto aqui, não. *(Risos.)*



A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Mas eu já disse aqui que o Líder do Governo já preparou o relatório do orçamento impositivo, incorporando também a mudança do financiamento da saúde. Numa conversa com os Líderes da Câmara e do Senado, nós chegamos a uma proposta — Governo e Lideranças — de 15% da receita corrente líquida até 2018.

Essa, certamente, é uma ideia a ser incorporada. O senhor acompanhou parte das discussões que podem vir a ser incorporadas e passarem a valer já nesta emenda à Constituição do ano que vem. Logo, esses números todos que eu apresentei aqui ainda são de acordo com a regra anterior porque, quando nós fizemos o Orçamento, este debate e estas negociações não haviam ainda sido feitos.

Certamente, quando for aprovada a emenda à Constituição, o Deputado Miguel, que será o Relator do Orçamento, terá que fazer as alterações, e certamente trabalharemos em conjunto para que as alterações sejam feitas já para o próximo ano.

O Deputado Zarattini e a Deputada Perpétua levantaram uma questão que eu acho importante: como gerar fontes alternativas para o Ministério da Defesa. Eu acho que este é um debate que precisamos fazer. Depois quero falar sobre as escolhas que o Governo tem que fazer. Eu acho que esta é uma questão importante.

Eu só quero ressaltar, em relação a uma das propostas que o Deputado Zarattini fez, que os imóveis não são das Forças Armadas, os imóveis são do povo brasileiro; portanto, da União. Eu concordo que eles precisam ter uma utilização melhor que os justifique, e nem sempre constituir um fundo imobiliário. Nós temos um déficit habitacional importante no País. Temos outras políticas sociais importantes. Então, eu acho que a destinação das áreas da União precisa levar em consideração também outros usos. Eu não descarto essa discussão em relação a ser uma fonte para a Defesa, mas nós temos certamente destinações muito importantes para todas essas áreas.

Em relação a uma proposta que o Deputado Zarattini fez sobre os caças não terem desembolso imediato porque são financiados, a gente só precisa ver as condições de financiamento, porque nem sempre elas são propícias. Em geral, elas são bastante superiores ao que se pratica no mercado. Ganha-se pelos dois lados:



na aquisição e no financiamento. É só uma atenção que a gente precisa ter. Há razão na preocupação de poder não se ter um desembolso imediato, mas é preciso ver o custo disso para o Governo brasileiro e para a população brasileira, que é quem paga os impostos.

Para terminar, eu queria dizer que o Deputado Júlio Cesar me deu uma oportunidade de ouro para fechar esta minha fala. A fala dele — agradeço os elogios, sinceramente — é no sentido de colocar exatamente o grande problema que eu tenho e que a Presidenta tem ao elaborar uma peça orçamentária: que escolha fazer. O senhor apontou várias delas que considera injustas. Aqui cada um dos Parlamentares levantou prioridades. Falou-se aqui de saúde, de educação, de defesa, de ciência e tecnologia, de mineração, de desenvolvimento regional, de segurança pública, de defesa cibernética. Tudo é prioridade.

Eu costumo dizer que o maior desafio de governar é estabelecer prioridades. Essa é a tarefa mais difícil que existe. Tudo é muito difícil, mas estabelecer prioridade, escolher o que vai ser feito, é a escolha mais difícil.

Quando eu vejo aqui cada um dos Parlamentares falar, é a mesma situação que eu vivo no Ministério do Planejamento, ou seja, cada uma das áreas acha que a sua área é a mais importante que existe. São muitas as áreas, e o Orçamento é finito. Existe um pacto em torno de uma determinada carga tributária. Então, ocorre aí um limite, como o próprio Deputado Júlio Cesar falou, em que tudo precisa caber.

Eu acho houve aqui vários libelos. O Deputado Lourival Mendes acabou de fazer um pela segurança. Houve o da saúde, o da defesa, a partir da participação dos membros da CREDN. É um exercício difícil, mas eu acredito, Deputado Júlio Cesar, que nós, nesses últimos 10 ou quase 11 anos, estamos trilhando um novo modelo de desenvolvimento que mira, sim, no crescimento do País. Acho que nós alcançamos isso. O País é visto de maneira diferente lá fora, e as pessoas vivem de maneira diferente aqui no Brasil.

Nós conseguimos, acredito que pela primeira vez, conjugar esse crescimento com redução de desigualdade tanto social quanto regional. O senhor vive no Nordeste, conhece a fundo os problemas do Nordeste, mas tenho certeza de que o senhor identifica que, nos últimos 11 anos, houve mudanças no Nordeste brasileiro.



O Nordeste brasileiro — eu não tenho aqui todos os números — cresceu mais do que o Brasil nos últimos anos. Este Governo apostou na redução da desigualdade social, mas também na regional, com investimentos especialmente em infraestrutura, que, vistos exclusivamente do ponto de vista econômico, não seriam realizados. E eles estão sendo realizados exatamente para combater a desigualdade regional, para oferecer condições de infraestrutura, para que o Nordeste brasileiro seja tratado de maneira desigual, como o senhor falou, para garantir investimentos para crescer.

Eu acredito que as refinarias, por exemplo, de petróleo, tanto em Pernambuco quanto no Maranhão e no Ceará, têm exatamente essa perspectiva, a necessidade de refino de que o Brasil precisa para se tornar autossuficiente. Elas também poderiam ter sido feitas no Rio de Janeiro, mas não estão sendo feitas lá. Temos lá o polo petroquímico, está certo, o COMPERJ, mas estamos descentralizando. Há toda uma descentralização de estaleiros. O Nordeste é uma região que se aproveitou da retomada da produção naval em nosso País, com a instalação de várias unidades, tanto para a produção de novas embarcações quanto para reformas de embarcações. São, acho, elementos claros dessa visão diferente de pensar em um País diferente, em um País rico, como diz a nossa Presidenta, caminhando para um País de classe média, provavelmente, até 2022.

Acho que este é o caminho. As escolhas que temos feito vão nessa direção. São presididas por essa lógica, por esse novo modelo de desenvolvimento. É claro que, em cada momento, precisamos ir fazendo ajustes, e acredito que o Congresso Nacional tem desempenhado um papel importante como interlocutor na definição dessas prioridades.

Eu quero aqui, Senador Lobão, agradecer sempre a sua receptividade carinhosa, agradecer a cada um dos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que aqui estiveram prestigiando minha presença, colocando suas questões para o Governo. Levo uma pilha de temas que me pediram aqui. E quero me colocar, como sempre, à disposição, para voltar a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.



O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Antes de a senhora terminar, eu quero apenas abordar três assuntos.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Três!?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Três assuntos!?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu vou dizer em 10 segundos.

Eu queria que a senhora combatesse os privilégios. Eu não posso concordar, Ministra, que uma renúncia, que era de 15 bilhões há 4 anos, pule para 28 bilhões. Eu não quero acabar (*ininteligível*). Eu não posso concordar. Eu não posso concordar que esse fundo de Brasília, com bicompetência tributária e não divide com ninguém, porque não tem Município, continue crescendo pelo percentual de crescimento da receita corrente líquida da União. Eu não posso concordar com esse critério de distribuição dos *royalties* do petróleo, que estejam concentrados 82% em dois Estados que, no seu território, não produzem 1 litro de petróleo. Foi atribuído a ele o papel de produtor por uma lei, e essa lei nós mudamos, está dependente de uma decisão do Supremo, que suspendeu por uma liminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Eu gostaria de fazer o registro de que não há Ministro competente ou Ministra competente sem ter atrás de si um conjunto de técnicos, de assessores, também competentes, que possam dar todo o suporte técnico necessário.

Então, eu quero aqui agradecer a presença de todos os técnicos do Ministério do Planejamento, quero agradecer a presença de todos os jornalistas que aqui estão, quero agradecer a presença dos assessores, dos convidados e, principalmente, dos nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Obrigado, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, pelo carinho que tem com esta Comissão e com esta Casa, com o Congresso Nacional. Quero registrar que nós estamos aqui sempre de braços abertos, também, para recebê-la e transmitir para a sociedade brasileira todo o crescimento, todo o trabalho que está sendo desenvolvido pelo seu Ministério.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nós já deveríamos deixar agendado para a próxima quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou fazê-lo agora, após o encerramento desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro encerrada esta audiência pública e comunico que, após um intervalo de 5 minutos, reiniciaremos a reunião normal desta Comissão.